

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS

edição comemorativa

5 ANOS



A missão

O Fundo Brasil de Direitos Humanos é uma iniciativa pioneira que pretende contribuir para a promoção dos direitos humanos no país, criando mecanismos sustentáveis de doação de recursos voltados para a promoção e a proteção dos direitos civis, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Quem somos

Instituidores

Abdias Nascimento (1914-2011)
Dom Pedro Casaldáliga
Margarida Genevois
Rose Marie Muraro

Conselho Curador

Jacqueline Pitanguy, Presidente
Anamaria Schindler, Secretária
Átila Roque
Darci Frigo
Denise Dora
Gersem Luciano (Baniwa)
Jorge Eduardo Durão
Jurema Werneck
Kenarik Boujikian
Letícia Sabatella
Lúcia Seabra
Oded Grajew
Oscar Vilhena
Sérgio Haddad
Sueli Carneiro

Nesses primeiros cinco anos, também estiveram no Conselho Curador do Fundo Brasil: Alberto Dines, Edson Cardoso, Fernando Scaff, Joênia B. Carvalho (Wapichana), Maria Betânia Ávila, MV Bill, Renato Roseno, Ricardo Young, Roberto Arriada Lorea e Vera Tavares. Mônica de Roure integrou o Conselho Fiscal de 2006 a 2009.

Diretoria

Sergio Haddad - Diretor Presidente
Denise Dora - Diretora Vice-Presidente de Finanças
Jorge Eduardo Durão - Diretor Vice-Presidente de Formação
Sueli Carneiro - Diretora Vice-Presidente de Projetos

Durante os cinco anos de que trata esta publicação, Darci Frigo (Diretor Vice-Presidente de Formação) e Oscar Vilhena (Diretor Vice-Presidente de Finanças) integraram a Diretoria do Fundo Brasil. O mandato dos dois diretores encerrou-se em novembro de 2011.

Conselho Fiscal

Marcos Fuchs - Presidente
Mário Monzoni - Vice-Presidente
Marcos José Pereira da Silva
Rubens Naves
Werner Fuchs

Equipe

Ana Valéria Araújo - Coordenadora Executiva
Camila Martins - Auxiliar Administrativa
Débora Borges - Assistente de Comunicação
Gislene Aniceto - Analista Administrativa e Financeira
Maíra Junqueira - Coordenadora de Projetos
Maria Chiriano - Assistente de Projetos e Mobilização
Simone Martins Lima - Auxiliar de Serviços Gerais
Elena Grosbaum - Assessora para Desenvolvimento de Parcerias

Créditos

Editor responsável

Ana Valéria Araújo
Equipe de edição
Débora Borges, Maíra Junqueira e Natália Suzuki
Textos e finalização do projeto editorial
Natália Suzuki

Entrevistas

Débora Borges
Pesquisa e apuração
Mila Dezan
Pesquisa e edição de imagens
Débora Borges
Projeto gráfico
Tarso Estratégia e Comunicação

Revisão

Márcia Choueri
Impressão
Corset Gráfica

fundo brasil de
direitos humanos

Todo o material publicado nesta revista está sob a licença Creative Commons (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/deed.pt>), podendo ser reproduzido sem autorização prévia do Fundo Brasil de Direitos Humanos, desde que para uso não comercial e citando a fonte original, inclusive autor do texto ou da foto, quando for o caso. Para obras derivadas, deve-se licenciá-las também em CC.

São Paulo, dezembro de 2011.

ÍNDICE

- 4 Cinco anos dedicados aos direitos humanos
- 6 Linha do tempo
- 10 Um modelo alternativo de apoio aos direitos humanos
- 12 A importância de um fundo autônomo para o movimento de direitos humanos no Brasil
- 14 Apoio ao protagonismo da sociedade civil brasileira
- 16 Formação e capacitação para fortalecimento institucional dos parceiros
- 20 Aos queridos instituidores
- 22 Rose Marie Muraro – O feminismo transgressor
- 24 Abdias Nascimento – Direitos humanos: um eterno aprendizado
- 26 Dom Pedro Casaldáliga – Direito à terra: um direito pela vida
- 28 Margarida Genevois – Justiça e educação: caminhos para os direitos humanos
- 30 Projetos apoiados pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos
- 34 Projetos: Ideias e iniciativas pelos direitos humanos no Brasil
- 36 Gênero – O direito de ser mulher
- 40 Raça – A maioria excluída
- 44 Terra – Diversidade étnica e a luta pela sobrevivência
- 48 Cidadania – O direito à plena dignidade
- 54 Agradecimentos



Cinco anos dedicados aos direitos humanos

Ao leitor,

Seria praticamente impossível quantificar todas as realizações que o Fundo Brasil de Direitos Humanos conquistou nos últimos cinco anos. Mas, certamente, não poderíamos deixar essa data significativa passar em branco. Por isso, tentamos reunir nesta revista alguns dos momentos e feitos mais importantes e dedicar essa homenagem a pessoas que contribuíram para que tudo isso acontecesse.

A publicação é uma edição comemorativa de aniversário que traz um pouco da história e das conquistas do Fundo Brasil. Na primeira parte, apresentamos os passos que demos para a consolidação institucional. Em seguida, destacamos algumas das várias iniciativas que apoiamos e que se mostraram transformadoras de realidades complexas e desafiadoras.

Há pouco mais que cinco anos, o Fundo Brasil era apenas a ideia de uma instituição inovadora, que operaria de forma diferenciada para contribuir com a garantia dos direitos humanos no Brasil. O objetivo era captar recursos, para que fossem direcionados a pequenos projetos da sociedade civil organizada, que, por sua vez, fossem capazes de reverter e sanar graves violações de direitos humanos. Para que isso se concretizasse, investimos esforços e contamos com apoio de outras organizações e indivíduos que se mostraram solidários e abertos a essa empreitada.

Para atender à sua missão, o Fundo Brasil compreendeu que era necessário, antes de tudo, solidez institucional. Nesse sentido, incorporamos a precisão e a transparência como valores norteadores, além da necessidade de intensificar permanentemente as ações estratégicas nas áreas da comunicação e da captação de recursos. Tudo isso, claro, só é possível com o esforço e o trabalho conjunto de instituidores, diretores, membros dos Conselhos Curador e Fiscal, equipe e, especialmente, de parceiros e apoiadores. O resultado tem sido a ampliação do número de projetos que apoiamos e, conseqüentemente, do alcance que temos no país.

Para nós, é mais que gratificante ter apoiado 141 projetos de organizações das cinco regiões do Brasil, que lidam com diversas temáticas de direitos humanos. Por outro lado, não bastaria ter esse portfólio robusto descrito apenas por meio de meras estatísticas. Sabemos que todo esse trabalho é relevante porque temos a certeza de que essas iniciativas podem ser sentidas e validadas por aqueles que, de fato, são o nosso público alvo: grupos sociais vulneráveis e discriminados, cujos direitos são sistematicamente violados.

A cada visita às organizações apoiadas pelo Fundo Brasil, constatamos que o resultado de suas ações supera as nossas expectativas; vemos o impacto causado na vida das pessoas por meio da mobilização e do ativismo da sociedade civil brasileira, a qual tem reivindicado o respeito pelos direitos humanos numa tônica crescente e vibrante.

O Fundo Brasil contribui para que situações críticas de violações venham à tona e ganhem espaço na agenda política. Na condição de invisibilidade social em que muitas organizações trabalham, procuramos compreender suas demandas e o cenário de absoluta carência em que estão colocadas. A nós, interessam a transparência e o comprometimento com que elas desenvolverão as atividades apoiadas, mas também sabemos que é fundamental ser sensível ao contexto em que atuam, além de conhecer e respeitar as diferenças e a diversidade.

Nesse sentido, sabemos que apenas o aporte financeiro, muitas vezes, não é suficiente, para que as iniciativas sejam bem-sucedidas. Portanto desenvolvemos também atividades formativas e de assessoria técnica às organizações que executam os projetos selecionados, com o intuito de colaborar com o seu trabalho cotidiano.

Nas próximas páginas, há mais detalhes sobre tudo isso que menciono nesta breve introdução.

Por fim, mais do que agradecer, a equipe do Fundo Brasil dedica esta edição comemorativa a todos que fizeram parte dessa caminhada e que colaboraram com a causa que nos mantém unidos: a luta por um mundo mais justo.

Parabéns a todos!

Ana Valéria Araújo

Coordenadora Executiva do Fundo Brasil de Direitos Humanos

Fotos: Acervo Fundo Brasil



LINHA DO TEMPO DO FUNDO BRASIL

2003

Articulação de grupo de pessoas para constituir um fundo, no Brasil, que captasse e doasse recursos para projetos de organizações de direitos humanos.

Fundação Ford apoia trabalhos preparatórios para definição de formato jurídico, formas de financiamento e público alvo, garantindo também aporte de recursos que viabiliza a criação da organização. Instituto Pro Bono e Ação Educativa ajudam a viabilizar os primeiros passos de implantação.

A ideia se concretiza e ganha o nome de Fundo Brasil de Direitos Humanos

2005

Dezembro
Criação da Fundação

2006

Janeiro a Novembro
Implantação e estruturação das atividades.

Dezembro
Lançamento público da organização, com o lançamento do primeiro edital para seleção de projetos - Edital 2007. Espaço de ensaios do Olodum, Pelourinho (Salvador, BA). Convidados: Paulo Vanucchi (ministro da SDH/PR) + autoridades governamentais + representantes do movimento de direitos humanos do Brasil e de outros países + apoiadores + pessoas que compartilharam a ideia da criação da fundação.

Site on line
www.fundodireitoshumanos.org.br



Acervo Fundo Brasil



Agosto

Apoio emergencial ao projeto "Justiça Caso Brasília".
Objetivo: Colaborar com as investigações do assassinato do sindicalista e trabalhador rural Bartolomeu Moraes da Silva, o "Brasília", em 2002 (Altamira, PA).

Dezembro

Lançamento do Edital 2008.
Encontro de Projetos 2007: oficinas de capacitação técnica e gerencial, para formação de representantes das organizações apoiadas no ano (São Paulo-SP). Apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Organização do debate "Investimento privado em Direitos Humanos" (São Paulo-SP). Palestrantes: Ricardo Young (Instituto Ethos); Oded Grajew (Instituto Ethos); Valdemar Oliveira "Maneto" (Fundação Avina); Fernando Rossetti (Gife); cineasta Kiko Goifman.



Acervo Fundo Brasil



Acervo Fundo Brasil



Acervo Fundo Brasil

2008

Janeiro

Evento de apresentação do Fundo Brasil e Edital 2008, na Associação de Juízes do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS), organizado pelo juiz Roberto Arriada Lorea, conselheiro do Fundo Brasil.

Março

Visita à organização Grupo de Mulheres Cidadania Feminina (Recife, PE), apoiada pelo Fundo Brasil. Lançamento da cartilha do projeto, com a presença da conselheira Maria Betânia Ávila

Edital 2008: 621 propostas de projetos recebidas.

Abril

Apoio emergencial à Comunidade Indígena do Barro, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (Comunidade Barro, RR).
Objetivo: Mobilização de lideranças indígenas para Brasília, para denunciar às autoridades federais os conflitos entre indígenas e arroteiros no território da comunidade.

Junho

Seleção de projetos 2008: 26 propostas de organizações são selecionadas para recebimento de recursos. Total de recursos doados: R\$ 621 mil.

Agosto

Visita ao Instituto Steve Biko (Salvador, BA), apoiado pelo Fundo Brasil.

Dezembro

Lançamento do Edital 2009.
Evento de celebração do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (São Paulo, SP).
• "Direitos humanos são direitos de todos", exposição realizada no Conjunto Nacional.
• Exibição do documentário "Ato dos Homens", do cineasta Kiko Goifman, no Cine Bombril.
• Lançamento de "Direitos humanos são direitos de todos", vinheta de Kiko Goifman, com ilustração de Laerte e trilha sonora do músico Lívio Tragtemberg.
• Debate "Desafios dos direitos humanos hoje: avanços e perspectivas", no Teatro da Livraria Cultura do Conjunto Nacional.
Participação: Maria Amélia Teles (União de Mulheres de São Paulo); Fouad Hamdan (Fundo Árabe de Direitos Humanos); José Gregori (ex-Ministro da Justiça e Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos); Humberto Adami (Instituto de Advocacia Racial e Ambiental) e outros.

Encontro de Projetos 2008: oficinas de capacitação técnica e gerencial, para formação de organizações apoiadas no ano (São Paulo-SP). Apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

2009

Março

Edital 2009: 711 propostas de projetos recebidas.

Junho

"Coloque-se neste lugar. Os direitos humanos não podem valer só para você" é o tema da 1ª campanha do Fundo Brasil, tendo como objetivo a sensibilização e conscientização sobre o problema da violência contra a mulher, em especial a violência doméstica. Circulação da campanha na revista Contigo.

Visita à Associação de Mulheres Amigas de Itinga (Lauro de Freitas, BA), apoiada pelo Fundo Brasil.

Julho

Seleção de projetos 2009: 26 propostas de organizações selecionadas para recebimento de recursos. Total de recursos doados: R\$ 655,8 mil.

Outubro

Apoio para a formação de integrante do Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, apoiado pelo Fundo Brasil. Objeto: Possibilitar a participação no curso sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (Washington, D.C., EUA).

Novembro

Visita às organizações apoiadas pelo Fundo Brasil: Associação de Mães e Amigos da Criança e Adolescente em Risco, Centro de Assessoria Jurídica Mariana Criola e Instituto de Defensores de Direitos Humanos (Rio de Janeiro, RJ).

Dezembro

Lançamento do Edital 2010. "Diálogos Musicais em Direitos Humanos" (1ª edição): show do rapper MV Bill, conselheiro do Fundo Brasil, no Sesc Pinheiros (São Paulo, SP).

Encontro de Projetos 2009: debate sobre equidade racial e oficinas de capacitação técnica e gerencial para formação de organizações apoiadas no ano (São Paulo, SP).

Lançamento de plataforma virtual (Ning) para troca de informações entre as organizações apoiadas.

Publicação de Relatório Bianual de Atividades (2007-2008).



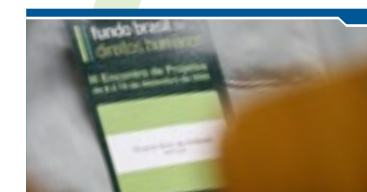
Acervo Fundo Brasil



Otavio Valle / Acervo Fundo Brasil



Otavio Valle / Acervo Fundo Brasil



Otavio Valle / Acervo Fundo Brasil



Acervo Fundo Brasil



Reprodução

Janeiro

Visita à organização apoiada pelo Fundo Brasil: Instituto Nacional de Direitos Humanos 17 de Abril (Brasília, DF).

Fevereiro

Apoio emergencial para Núcleo Omi-Dúdù, apoiado pelo Fundo Brasil.

Objetivo: Lançar campanha do movimento negro para arrecadação de fundos para ações de comunicação em prol das políticas afirmativas, diante do julgamento do caso pelo Supremo Tribunal Federal.



Acervo Fundo Brasil MMNEPA (PA) /2010

Visita a organizações apoiadas pelo Fundo Brasil:

- Instituto Humanitas, (Altamira, PA)
- Associação Indígena Tembê de Santa Maria do Pará e Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (Santa Maria do Pará, PA)
- Associação de Familiares e Amig@s de Pres@s, AMEA, Instituto Steve Biko, Núcleo Omi-Dúdù, Instituto Pedra de Raio (Salvador, BA)
- CEDECA - Tocantins (Palmas, TO)
- Associação dos Moradores da Zona Rural de Mulungu, Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba, Cunchã Coletivo Feminista e Ilê Axé Omidewá (João Pessoa, PB).



Otavio Valle / Acervo Fundo Brasil

Março

Edital 2010: 762 propostas de projetos recebidas.

“Diálogos Musicais em Direitos Humanos” (2ª edição): jantar musical com o violonista e compositor Emiliano Castro e a cantora Luciana Alves, no restaurante Rosmarino, para público de 80 pessoas (São Paulo, SP).



Acervo Fundo Brasil

Visita à organização Davida - Prostituição, Direitos Civis, Saúde, apoiada pelo Fundo Brasil (Rio de Janeiro, RJ).

Abril

Apoio emergencial aos trabalhadores rurais e à CPT do Pará.

Objetivo: Possibilitar o acompanhamento do julgamento de um dos acusados do assassinato de Dorothy Stang (Belém, PA, 2005).



Reprodução

Junho

Publicação do Relatório de Atividades 2009.

Visita à Associação das Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul, apoiada pelo Fundo Brasil (Campo Grande, MS).

Julho

Seleção de projetos 2010: 32 propostas de organizações selecionadas para recebimento de recursos. Total de recursos doados: R\$ 759,5 mil.

Agosto

Lançamento da versão em inglês do site da fundação www.fundodireitoshumanos.org.br/en



Reprodução

Setembro

Visita à Associação dos Produtores Pró-Desenvolvimento de Linharinho (Linhariño, ES), apoiada pelo Fundo Brasil.

Outubro

Visita à organização União de Mulheres (São Paulo, SP), apoiada pelo Fundo Brasil.



Otavio Valle / Acervo Fundo Brasil



Otavio Valle / Acervo Fundo Brasil

Dezembro

Lançamento do Edital 2011.

Debate “Memória e Verdade – Reflexos da violação desses direitos nos dias de hoje”, no auditório da Ação Educativa (São Paulo, SP). Convidados: Paulo Vanucchi (Ministro da SDH/PR), Glenda Mezarobba (pesquisadora da Unicamp), José Carlos Dias (ex-Ministro da Justiça).

Encontro de Projetos 2010, “Direito à memória e à verdade”: construção da linha do tempo dos direitos humanos no Brasil. Apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

“Diálogos Musicais em Direitos Humanos: Memória e Verdade” (3ª edição): show no Sesc Pinheiros, participação de Wandi Doratiotto, Jair Rodrigues e MPB4; direção de Mário Manga.

“Direitos da Mulher” é a 1ª edição da campanha “Vamos jogar mais luz”, do Fundo Brasil, realizada por Repense Comunicação.

Fundo Brasil inicia parceria com lojas em São Paulo, disponibilizando urnas para coleta de “Nota Fiscal Paulista”.



Janeiro

Visita às organizações apoiadas pelo Fundo Brasil:

- Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná e Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná (São Mateus do Sul, PR).
- Movimento Interestadual das Cipozeiras (Irati, SC).

Fevereiro

Edital 2011: 976 propostas de projetos recebidas.

Visita à organização apoiada pelo Fundo Brasil: Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (Santarém, PA).

Março

Parceria com os restaurantes Rosmarino e Café Florinda (São Paulo, SP), para captação de recursos junto a clientes: convite à doação de R\$ 2,00 para projetos do Fundo Brasil referentes à questão de gênero.



Otavio Valle / Acervo Fundo Brasil

Abril

Visita à Associação Civil Alternativa Terrazul (Fortaleza CE), apoiada pelo Fundo Brasil.

“Raça” é a 2ª edição da campanha “Vamos jogar mais luz”, do Fundo Brasil. Peça publicitária veiculada em sites e revistas de todo o país.



Acervo Fundo Brasil FOQS (PA) /2011



Reprodução

Maio

Falecimento de Abdias Nascimento, 97, instituidor do Fundo Brasil (Rio de Janeiro, RJ).

Visita ao Instituto Babaty Xavante de Iro'Ôrãpe, na Terra Indígena de São Marcos (Barra do Garças, MT), apoiado pelo Fundo Brasil.

Junho

Fundo Brasil apresenta seu trabalho em estande da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, na Feira Cultural.

Julho

Seleção de projetos 2011: 33 propostas de organizações selecionadas para recebimento de recursos. Total de recursos doados: R\$ 793,3 mil.

Inauguração da nova sede: rua Santa Isabel, 137 (São Paulo, SP).

Agosto

- Visita às organizações apoiadas pelo Fundo Brasil:
- Associação de Moradores do Quilombo de Acauã, Canto Jovem, Coletivo Leila Diniz, Grupo Curumim – Gestação e Parto (Natal, RN)
 - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (comunidade quilombola em Sagueiro, PE) e Associação Pernambucana de Mães Solteiras (Recife, PE)
 - Instituto de Defensores de Direitos Humanos e Davida - Prostituição, Direitos Civis, Saúde (Rio de Janeiro, RJ).



Acervo Fundo Brasil



Otavio Valle / Acervo Fundo Brasil



Verena Glass / Acervo Fundo Brasil



Ernesto Rodrigues / Acervo Fundo Brasil

Outubro

Apoio emergencial para defensora de Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Objetivo: Permitir continuidade do trabalho de ativista de direitos humanos ameaçada de morte, integrante de movimentos sociais e organizações.

Novembro

Encontro de Projetos 2011, “Desenvolvimento e Direitos Humanos”: oficinas de capacitação técnica e gerencial, para formação de organizações apoiadas no ano.

Lançamento do edital 2012. “Diálogos Musicais em Direitos Humanos” (4ª edição): show no Sesc Pinheiros com a Banda de Pifanos de Caruaru e sua convidada, Rita Ribeiro.

Dezembro

Ciclo de debates “Desenvolvimento e Direitos Humanos”, promovido pelo Fundo Brasil, Livraria Cultura e o Grupo Editorial Summus. Convidados: Claudio Picazio, Eleonora Menicucci, Laerte, Leonardo Sakamoto, Cida Bento, Helio Santos, Celio Bermann, Rodrigo Faria, Juca Kfour, Roberto Nogueira, Paulo Vanucchi, Nilcéia Freire.

Apoio emergencial à Comissão Aty Guasu Guarani Kaiowá. Objetivo: apoio à “Marcha Guarani contra genocídio e pela paz” (manifestação étnica pública em Brasília, contra o genocídio do povo Guarani Kaiowá do estado do MS).



Um modelo alternativo de apoio aos direitos humanos

A ideia de criar o Fundo Brasil nasceu da necessidade de priorizar a promoção e a defesa dos direitos humanos, trazendo para o centro da pauta da sociedade civil brasileira o apoio a projetos. O objetivo era alcançar especialmente aqueles propostos por pequenas organizações, que estão na base da sociedade e cujas intervenções e trabalho se dão no cerne de comunidades vulneráveis – as vítimas mais frequentes das violações de direitos humanos no país.

O Brasil enfrenta uma imensa dualidade, cujas causas são estruturais. Se, por um lado, nos últimos anos, vivenciamos importante processo de democratização e desenvolvimento econômico, que inclusive coloca o país em situação de expressivo protagonismo no cenário internacional, por outro, convivemos com graves violações de direitos e injustiças sociais, que persistem ao longo da história e que não podem ser ignoradas.

A sociedade civil brasileira demonstra ter grande capacidade de organização e mobilização para defender interesses específicos e para lutar por direitos: são grupos de mulheres de periferia, trabalhadores rurais, organizações de pequenos produtores, organizações que lutam contra o racismo e o machismo, pela livre orientação sexual, enfim, um conjunto diverso e complementar, voltado a construir um país mais justo, democrático e sustentável. Ao se colocarem como partícipes, esses sujeitos atuam nas raízes e não apenas nos sintomas da violência social, assumindo papel pró-ativo em um processo transformador das realidades nacionais, procurando minimizar as permanentes violações de direitos que são obrigadas a enfrentar no seu cotidiano.

Historicamente, um estímulo financeiro forte para o crescimento e a manutenção das organizações da sociedade civil veio das agências de cooperação internacional, que durante muito tempo canalizaram recursos significativos para a proteção dos direitos humanos. Nos últimos anos, com a crescente visibilidade do Brasil como país emergente, esses recursos tornaram-se mais escassos, sendo canalizados para outros continentes; o que restou, concentrou-se em entidades com maior capacidade administrativa, em função das crescentes exigências de natureza burocrática.

Nesse contexto, colocou-se o desafio de criarmos um mecanismo, uma estrutura que pudesse dar conta de apoiar financeiramente as necessidades das organizações de direitos humanos, em especial daquelas menores, que estão na base da sociedade e que, ao lado de indivíduos, dedicam-se à defesa de direitos de segmentos sociais praticamente invisibilizados. O objetivo foi o de estimular o crescimento de uma comunidade de direitos humanos com capacidade de agir em todos os níveis da sociedade brasileira

Assim, optamos pela figura jurídica de uma fundação, para administrar e gerir aportes destinados a esse público e, consequentemente, à causa de direitos humanos. As atividades são apresentadas de forma transparente, permitindo maior controle

social e o rigoroso controle público decorrente de acompanhamento que é realizado pelo Ministério Público. É nosso desejo que a iniciativa se consolide como algo exemplar do ponto de vista da captação de recursos e da prestação de contas, e que esse modelo gere precedentes para outras iniciativas semelhantes no país.

Contamos, então, com o apoio e a disposição inigualável de personalidades reconhecidas, como Abdias Nascimento, Margarida Genevois, Dom Pedro Casaldáliga e Rose Marie Muraro, que se tornaram instituidores do Fundo Brasil. A história admirável de luta em defesa dos direitos humanos dessas pessoas deu mais do que credibilidade à existência da nossa fundação. Elas foram responsáveis por legitimar e nos conferir lastro em diferentes segmentos do movimento de direitos humanos no Brasil.

Uma vez constituído, o Fundo Brasil se estruturou em um modelo que valoriza a rotatividade, a renovação e a diversidade de seus conselheiros e diretores, para que pessoas com profundo conhecimento da área dos direitos humanos, com perfis e trajetórias distintas, pudessem contribuir na esfera da governança da instituição e enriquecer nossas experiências ao longo dos anos.

Nesses primeiros cinco anos, aprendemos muitas coisas. Uma delas foi que, se precisamos captar recursos nacionais, temos de dar visibilidade ao nosso trabalho. No começo, isso era mais difícil, porque a organização era jovem, com poucos projetos apoiados. Com o tempo, criamos uma área de Comunicação, e agora temos condições de tonar visível tudo o que desenvolvemos e ampliar o alcance e o diálogo com o público. Esta revista faz parte desse esforço. Diante do impacto das nossas ações, acreditamos que o Fundo Brasil cada vez mais será visto pelo cidadão e pela cidadã deste país como uma oportunidade de ser solidário e de apoiar causas transformadoras da nossa realidade.

Começamos o nosso trabalho com a proposta de apoiar pequenos projetos, com foco no combate à violência institucional e à discriminação, temas para os quais havia pouco ou nenhum recurso disponível. Há uma expectativa de que o modelo de financiamento possa se desdobrar em novos formatos, num futuro breve. Além de manter o foco atual e o apoio aos pequenos, esperamos que o Fundo Brasil apoie também projetos de médio e grande portes, assim como com outros focos, como a democracia, sustentabilidade e desenvolvimento, temas caros à sociedade civil brasileira e estruturantes para a promoção dos direitos humanos. Temos investido criatividade e energia para que tudo isso aconteça em breve e, mais que nunca, precisaremos contar com o apoio daqueles que trilharam o caminho conosco até aqui e agregar novos esforços daqui em diante.

Sérgio Haddad

Diretor Presidente do Fundo Brasil de
Direitos Humanos

Após todos esses anos, a Fundação Ford continua acreditando que é importante apostar no Fundo Brasil. Cada vez mais, fica clara a necessidade de termos uma sociedade civil fortalecida para garantia de direitos humanos; e o apoio à sociedade civil tem se mostrado melhor quando é feito por meio de um ente que tenha capacidade de operacionalizar esse apoio a projetos menores, com pequenos montantes de recursos. A Fundação Ford entende que, por meio do Fundo Brasil, ela capilariza sua atuação no país.

Nilcéa Freire

Representante da Fundação Ford no Brasil

Um dos principais aspectos que tornam o Fundo Brasil relevante no cenário brasileiro está relacionado com a sua missão de apoiar trabalhos que promovam os direitos humanos, campo que sempre foi apoiado pela cooperação internacional, mas que ainda não está entre as prioridades das fundações e institutos de investimento social do Brasil. Esta é, sem dúvida, uma contribuição estruturante para a garantia de uma democracia sólida.

Neylar Lins

Diretora Programática – Brasil da Fundação Avina

O Fundo Brasil é uma organização absolutamente necessária para a humanidade; não é passageira. Além disso, possui valores extraordinários, lideranças pautadas por uma postura ética e de compromisso com os direitos humanos no país.

Ana Maria Wilhelm

Diretora Executiva do Instituto Akatu e Consultora do Fundo Brasil de 2007 a 2011



A importância de um fundo autônomo para o movimento de direitos humanos no Brasil

O papel da sociedade civil, enquanto ator político, apenas se cumpre quando ela é capaz de vocalizar as suas reivindicações e denunciar as injustiças de maneira autônoma e independente. No entanto, isso, que deveria ser inerente aos processos de mobilização e ações coletivas, nem sempre está presente, e um dos motivos se deve às possibilidades insuficientes de sobrevivência econômica e política.

É preciso admitir que as organizações dependem de recursos humanos e materiais, para efetivar suas estratégias de luta. E nem sempre é fácil o acesso a esses recursos. Se a maior parte do apoio obtido, por exemplo, ensejar contrapartidas ou limitações, como em geral ocorre nas parcerias com empresas e com os recursos provenientes do Estado, isso pode comprometer a missão original de uma organização da sociedade civil.

A criação de um fundo autônomo – como é o caso do Fundo Brasil de Direitos Humanos – de natureza privada, mas voltado exclusivamente para o interesse público, coloca-se como alternativa, nesse cenário de poucas opções, com a finalidade de assegurar uma certa sustentabilidade ao movimento de defesa dos direitos humanos.

A proposta da instituição é conectar duas esferas apartadas. De um lado, as organizações que têm dificuldade de acessar recursos, devido às suas estruturas institucionais ainda frágeis e à reserva da opinião pública com relação aos temas de direitos humanos. De outro, os doadores – dentro ou fora do país –, que têm dificuldade de identificar e reconhecer ou ainda alcançar atores da sociedade civil brasileira capazes de transformar recursos financeiros em mudanças sociais e em efetivação de direitos.

Tendo em vista a sua iniciativa internacional de fortalecimento da filantropia, a Fundação Ford fez uma doação para constituir o fundo patrimonial (*endowment*) do Fundo Brasil de Direitos Humanos: um capital inicial que deveria ser aplicado, por um determinado período de tempo, para que seus rendimentos remunerassem projetos de organizações da sociedade civil. Esse recurso deveria ser preservado para assegurar a sustentabilidade do fundo e, conseqüentemente, dos projetos apoiados, driblando a maré de profunda insegurança financeira dos últimos anos.

O valor inicial de US\$ 3 milhões aportado pela Fundação

Ford é, sem dúvida, significativo em termos absolutos; no entanto, a sua remuneração anual é pequena, se considerarmos a demanda das organizações. Diante do dilema de investir o recurso para a garantia de uma estabilidade mais duradoura, ou de sanar imediatamente as inúmeras demandas urgentes das organizações de direitos humanos, o Fundo Brasil decidiu por um caminho intermediário: o recurso foi aplicado, utilizando-se os rendimentos para cobrir parte das despesas, enquanto buscamos permanentemente outras fontes, para estabelecer um programa de apoio financeiro consistente.

Nesses cinco anos, o Fundo Brasil conseguiu alcançar seus objetivos nas suas duas frentes de trabalho, o apoio financeiro por meio de doações e a captação de recursos para ampliar a sua atuação e o alcance no país. Anualmente, mapeamos e apoiamos com sucesso organizações com projetos inovadores, com capacidade de reverter situações de violações sistêmicas de direitos. Diante do êxito, conquistamos novos apoiadores, a quem pudemos demonstrar a nossa experiência na área de direitos humanos e a nossa capilaridade entre as organizações da sociedade civil de diversos segmentos. Além disso, sempre houve extremo cuidado com a transparência dos processos de gestão financeira e de prestação de contas.

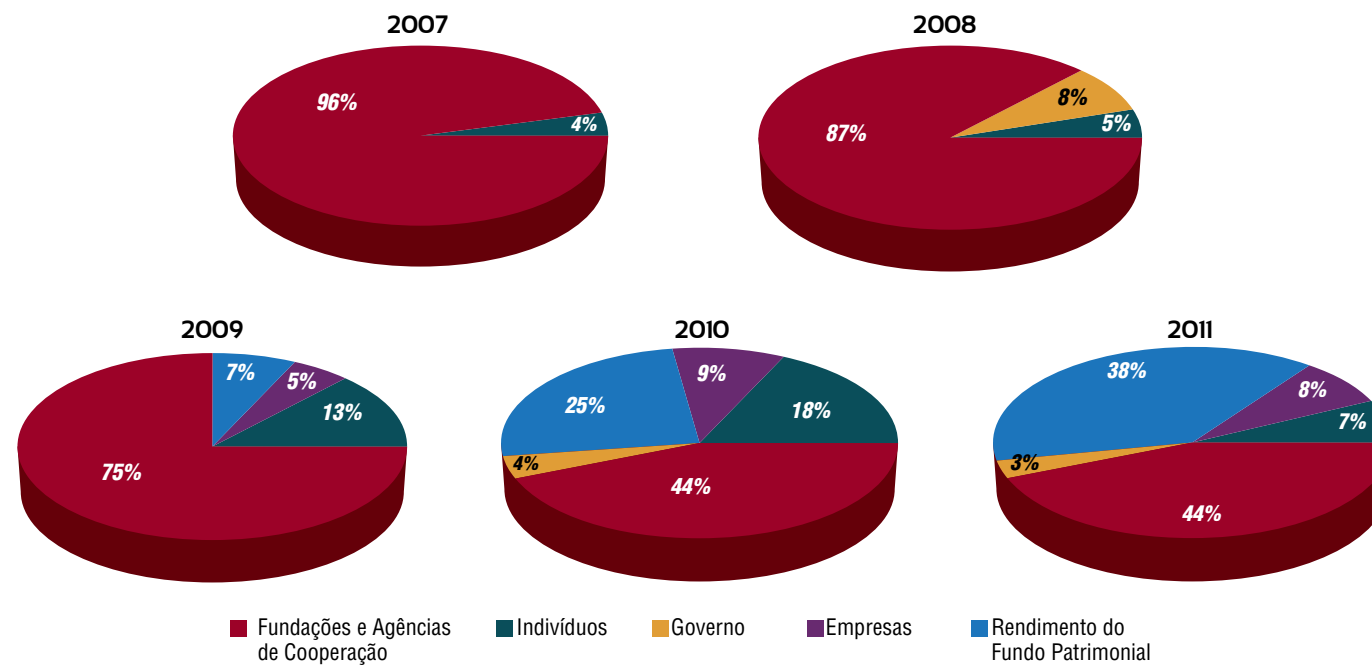
Daqui em diante, temos alguns desafios no horizonte. Um deles é de natureza institucional. Hoje, o Brasil tem leis de incentivo a doações em diversos setores, como na cultura. Para o movimento de direitos humanos se fortalecer, é necessário que haja fundos como o nosso, destinados especificamente a essa causa. Da parte do Estado brasileiro, é preciso que haja elaboração de políticas e incentivos fiscais, para que empresas e indivíduos sejam levados a contribuir.

Daí, a importância de ampliar a compreensão da sociedade brasileira sobre o que são os direitos humanos. Para isso, é preciso ampliar o diálogo com potenciais doadores brasileiros, que compreendam que a efetivação de direitos humanos é premissa incondicional para a consolidação da democracia e do real desenvolvimento de um país.

Oscar Vilhena

Diretor Vice-Presidente de Finanças do Fundo Brasil de Direitos Humanos (2005 a 2011)

Fontes de Recursos



O acompanhamento e a apreciação da documentação e da parte financeira do Fundo Brasil constata o zelo e o cuidado que a organização tem com a sua gestão. O endowment, doado pela Ford, foi muito bem aplicado e preservado para que dure o maior tempo possível, sempre favorecendo os beneficiários. A experiência do Fundo é a melhor.

Marcos Fuchs

Diretor do Instituto Pro Bono e Presidente do Conselho Fiscal do Fundo Brasil

Accountability e transparência em prol do fortalecimento da sociedade civil

A incorporação pelo Fundo Brasil do compromisso com a accountability, na acepção ampla da palavra, materializa-se em diversas dimensões da atuação institucional, desde a comunicação – com os esforços sistemáticos para dar maior visibilidade às suas ações junto ao público doador –, até a gestão equilibrada do fundo fiduciário, buscando maximizar os apoios a pequenos projetos de direitos, sem comprometer a sustentabilidade da organização.

Entendo que o rápido e consistente processo do seu desenvolvimento institucional, aliado à sua natureza jurídica de fundação e, como tal, sujeita ao controle do Ministério Público, explicam a sua credibilidade junto a um leque significativo de parceiros e doadores, que têm viabilizado a política de lançamento de editais específicos.

A credibilidade do Fundo Brasil e a sua boa governança o habilitam, também, a ser reconhecido como parceiro legítimo das instituições públicas e privadas envolvidas com o processo de constituição de um fundo autônomo, destinado ao fortalecimento do campo de organizações não governamentais que atuam na perspectiva dos direitos humanos e da luta contra as desigualdades.

Jorge Eduardo S. Durão

Diretor Vice-Presidente de Formação do Fundo Brasil



Apoio ao protagonismo da sociedade civil brasileira

O Fundo Brasil de Direitos Humanos tem como missão o fortalecimento do movimento de direitos humanos no Brasil, incentivando o protagonismo de organizações da sociedade civil brasileira. Nesse contexto, o Fundo Brasil destina suas doações principalmente àquelas organizações que têm mais dificuldades de acessar recursos, devido à sua estrutura institucional modesta e às temáticas com que trabalham, que não são visíveis ou reconhecidas pelo público em geral.

Essa proposta ousada tem se mostrado acertada. A cada ano, o número de projetos propostos ao Fundo Brasil aumenta. Ao todo, foram quase quatro mil projetos inscritos nos editais lançados entre 2007 e 2011. A demanda crescente por apoio financeiro confirma que as doações desse tipo têm papel significativo, num cenário de escassez de recursos a esse tipo de organizações.

E como o Fundo Brasil conseguiu apoiar tantos projetos bem-sucedidos até então?

Desde o início, estávamos cientes da importância de termos um processo de seleção de projetos sólido e coerente com a nossa proposta, porque sabíamos que isso era o que garantiria o sucesso da nossa missão. Esse processo deveria ser diferenciado e, ao mesmo tempo, transparente, com critérios bem definidos, mas também que fossem flexíveis em alguma medida, para que não engessassem a possibilidade de escolhermos propostas ousadas e inéditas da sociedade civil. Além disso, esse processo tinha de ser capaz de compreender a complexidade e a diversidade dos proponentes e, por isso, ser sensível às eventuais fragilidades e lacunas de organizações que, ainda assim, se dispõem a abraçar causas complexas em situações mais do que adversas.

Para isso, contamos com a contribuição dos integrantes dos comitês de seleção, reconhecidos defensores de direitos humanos. Apenas pessoas como eles, que já tiveram e têm uma longa trajetória na área e legitimidade para avaliar as propostas, poderiam ter o olhar, a compreensão e o conhecimento que necessitávamos para destinar os recursos a ações que viessem a ser exitosas.

E, por fim, há um esforço sistemático, da equipe, de cultivar um contato muito próximo com as organizações que apoia e com as diferentes redes do movimento de direitos humanos. Uma das formas de realizarmos isso são as visitas que fazemos às organizações, nos locais onde acontecem suas atividades. Essa avaliação por amostragem nos permite estabelecer uma relação pessoal com os nossos parceiros. Para eles, essas visitas se traduzem também em apoio técnico e, para nós, é a forma ideal de monitoramento. Esse contato geralmente se torna perene, durante todo o período de desenvolvimento do projeto. Ainda que nem sempre a relação seja presencial, o diálogo se mantém pelo telefone, email e até cartas! Essa interação colabora para o bom andamento das atividades dos projetos apoiados.

Além disso, o intercâmbio e o diálogo permanentes são essenciais para que nos mantenhamos sempre atualizados no cenário em que atuamos e, principalmente, para que sejamos também protagonistas dessa luta, da qual nos propuemos fazer parte.

O resultado de todos esses esforços é que hoje apresentamos, confiantes e orgulhosos, o rol de iniciativas apoiadas, cujos resultados são surpreendentes e verdadeiramente transformadores. Nem sempre é possível mensurar as conquistas dessas organizações por meio de estatísticas, que, muitas vezes, são insuficientes para expressar a importância de apoiar tais projetos. Nesse sentido, é preciso uma compreensão mais abrangente e instrumentos de avaliação que sejam capazes de ler a realidade local e a temática apoiada, assim como os resultados conquistados.

Apesar da insistência e da resistência desses que reagem às violações e reivindicam direitos coletivos, um silêncio perturbador e constrangedor ainda permite que injustiças e violações aconteçam em todo o país. Faz parte do trabalho do Fundo Brasil jogar luz em iniciativas que façam que problemas esquecidos venham à tona e possam ocupar o debate público.

Sueli Carneiro

Vice-presidente de Projetos do Fundo Brasil de Direitos Humanos

Projetos	Recebidos	Apoiados
2011	976	33
2010	762	32
2009	711	27
2008	621	26
2007	802	23
Total	3872	141

Valor total doado via editais: R\$ 3,380 milhões

O Fundo Brasil possibilita que recursos cheguem a entidades menores, de base, que realizam um trabalho importantíssimo, mas que, ao mesmo tempo, possuem acesso mais difícil a fontes.

Ana Puyalto / Luciano Wolff
Equipe Brasil da Agência de Cooperação Alemã EED

Apoio à diversidade

O Fundo Brasil tem alcance nacional, pois recebe projetos de todo o país. Além desse alcance geográfico, apoiamos diferentes temáticas de direitos humanos, desde a violência institucional a direitos sexuais e reprodutivos, questões de gênero, raça, etnia, terra e território, entre outras. Nesse sentido, a organização reflete a complexidade e contemporaneidade do campo dos direitos humanos no Brasil.

Pela sua própria natureza e pelo fato de ter recursos advindos de fontes diversas, de não estar atrelado a nenhum órgão governamental nem a nenhuma empresa privada em particular, o Fundo Brasil tem independência e autonomia decisória fundamental na alocação de seus recursos, fortalecendo a sociedade civil organizada e, particularmente, aquelas organizações voltadas para a defesa de direitos humanos. Desempenha, portanto, um papel ainda raro na sociedade brasileira.

Jacqueline Pitanguy
Presidente do Conselho Curador do Fundo Brasil e Coordenadora Executiva do Cepia

Integrantes dos Comitês de Seleção do Fundo Brasil de Direitos Humanos

2011
Guacira Oliveira
KK Verdade
Lúcia Xavier
Maria Emília Pacheco
Renato Roseno
Rosane Fernandes (Kaingang)
Sandra Carvalho

2010
Guacira Oliveira
Jurema Werneck
KK Verdade
Maria Auxiliadora da Silva (Baré)
Maria Emília Pacheco
Renato Roseno
Sandra Carvalho

2009
Denise Carreira
Guacira Oliveira
Juarez Xavier
KK Verdade
Renato Roseno
Sandra Carvalho
Sergio Sauer
Vilmar Guarany

2008
Ana Maria Wilhelm
Fernando Seffner
Gersen Luciano (Baniwa)
Juana Kweitel
Luíza Bairros
Sandra Carvalho
Sergio Sauer

2007
Edson Cardoso
Fernando Scaff
Gersem Luciano (Baniwa)
Ignácio Cano
Leila Linhares
Luíza Bairros
Maria Emília Pacheco



Formação e capacitação para fortalecimento institucional dos parceiros

Desde a sua concepção, o Fundo Brasil de Direitos Humanos tem claro que o apoio às organizações da sociedade civil deve colaborar para que elas superem suas demandas estruturais, uma vez que as lacunas relacionadas a recursos humanos e à capacitação técnica podem se tornar barreiras para o desenvolvimento de seus projetos. Diante disso, o papel do Fundo Brasil é oferecer algo além do apoio financeiro, para que as ações dessas organizações sejam bem-sucedidas.

Além da complexidade e da magnitude das causas com que trabalham, as organizações enfrentam dificuldades como, por exemplo, a ausência de informação e de capacitação técnica na área financeira. Diante disso, as assessorias e as formações, proporcionadas pelo Fundo Brasil, têm como intuito atender a demandas e necessidades estruturais como essas, sempre considerando as especificidades e os desafios das realidades locais em que seus parceiros atuam.

Quando uma organização é selecionada para receber apoio financeiro, são previstas formas de acompanhamento de suas atividades, como possíveis visitas aos locais dos projetos. Esse monitoramento permite que o Fundo Brasil dimensione os desafios e as conquistas que fazem parte do cotidiano de seus parceiros. A instituição também assessora os parceiros para a realização de relatórios e prestação de contas dos projetos.

Além disso, todos os anos, o Fundo Brasil realiza o Encontro de Projetos, cujo público são representantes das organizações apoiadas. Durante três dias, são realizadas atividades de formação em São Paulo, com dois objetivos principais: fornecer instrumentos técnicos e proporcionar um momento de diálogo entre as organizações de diferentes regiões do Brasil. No encontro, elas têm a oportunidade de trocar informações e experiências entre si, a respeito de seus trabalhos, promovendo a articulação e o fortalecimento de redes regionais e nacionais que lutam em prol dos direitos humanos.

A cada edição do encontro, o Fundo Brasil propõe um tema transversal, para abordar questões que são comuns às organizações participantes, apesar das diferenças de suas regiões e do foco temático com que lidam. O objetivo dessa proposta é incentivar a compreensão de que as violações de direitos humanos não são pontuais e isoladas e, por isso, as ações em conjunto também são uma forma de potencializar os resultados dos esforços empreendidos pelas organizações. Nos últimos anos, percebemos

que essa dinâmica permitiu que os participantes adquirissem uma percepção global sobre a definição de direitos humanos e a compreensão do seu conceito de indivisibilidade: fica claro que os direitos se inter-relacionam, e que a ausência de um acaba por anular a existência dos demais.

Além do debate permanente sobre o combate à violência institucional e à discriminação, alguns temas específicos foram debatidos, a partir de 2009. Naquele ano, demos destaque à questão do “racismo”. No ano seguinte, dedicamos a discussão ao direito à memória e à verdade. Nessa ocasião, os participantes puderam situar cronologicamente as lutas pelos direitos humanos, por meio da elaboração de uma linha do tempo histórica, e perceber, por exemplo, que a luta dos quilombolas está relacionada, no passado, ao movimento contra a escravidão, e que, hoje, ela ainda está presente no combate ao racismo e na reivindicação pelo direito ao território.

Em 2011, os direitos humanos foram contextualizados a partir da agenda de desenvolvimento estabelecida pelo Estado brasileiro. A construção de grandes empreendimentos, realizada pelo governo, como a usina hidrelétrica de Belo Monte, tem gerado impactos graves e negativos no meio ambiente e nas comunidades locais. No mesmo sentido, os planos de construção de estádios de futebol e de adequação das cidades que serão sedes de jogos da Copa do Mundo 2014 têm projetado impactos substanciais, que ameaçam a vida de pessoas e comunidades inteiras. Diante do quadro de violações sistemáticas, a proposta do Fundo Brasil foi dedicar o encontro à reflexão e à discussão do momento político em que estão inseridas e ao desenvolvimento estratégico de formas coletivas de combate a essas violações.

O Fundo Brasil acredita que o fortalecimento estrutural das organizações resulta na eficácia de suas atividades, que, inicialmente, fomentam uma nova cultura de respeito e reivindicação por direitos humanos, em nível local. Mas, quando essas ações são somadas e intercambiadas com um conjunto de iniciativas poderosas desenvolvidas em outras regiões do país, temos aí a possibilidade de incidir na agenda nacional e de alcançar mudanças estruturais em escalas muito maiores.

Darci Frigo

Diretor Vice-Presidente de Formação do Fundo Brasil de Direitos Humanos (2005 a 2011)

Desafio para o futuro: uma comunidade em prol dos direitos humanos

Para o futuro, o Fundo Brasil tem o desafio de expandir a base de percepção na sociedade, para que as pessoas possam ser motivadas e mobilizadas a fazer doações. Quem aderir ao Fundo saberá que não está apoiando apenas os projetos beneficiados pela fundação, mas, sim, estará fazendo parte da comunidade mais ampla que defende os direitos humanos. O Fundo tem de se tornar o espaço para aqueles que querem ter uma participação na luta por direitos humanos e possam fazer isso via doação de recursos. Mas também deve acolher os que querem participar, por exemplo, de alguma ação pela internet ou que queiram buscar informações sobre direitos humanos.

O espaço virtual pode ser a porta de entrada para a comunidade de direitos humanos no Brasil. Um desenho menos institucional e mais comunicacional deverá permitir que a pessoa que não faz parte do mundo das organizações não governamentais possa se informar, alimentando a cultura da sociedade sobre direitos humanos. As redes sociais podem ser um caminho para essa comunicação mais horizontal, que permita a interação direta das pessoas com a fundação. O Fundo Brasil compartilha, com as demais organizações sociais, o grande desafio de remover a inércia, o quase conformismo que existe na sociedade brasileira, em relação às violações de direitos humanos. O Fundo deve fazer parte desse discurso de romper com essa acomodação.

Átila Roque

Diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil e Conselheiro do Fundo Brasil

A proposta de financiamento do Fundo Brasil responde a uma demanda efetiva da sociedade: existem pessoas e pequenos grupos da base fazendo coisas para afirmar os direitos humanos, e esse aporte pequeno pode fazer grande diferença. O Fundo Brasil chega até o público mais desassistido.

Vera Masagão

Coordenadora Geral da ONG Ação Educativa e Diretora Executiva da Abong

O grande diferencial do Fundo Brasil é a sua capilaridade. Ele atinge a microveia dos problemas brasileiros, em lugares que a maioria jamais olharia. Além disso, para mim, a causa de direitos humanos é o que me move devido à sua capacidade de transformação. A conscientização de direitos muda a vida das pessoas. Essa ação tem efeito multiplicador.

Lucia Seabra

Produtora de Cinema e Conselheira do Fundo Brasil

Conquistas e perspectivas

Em 2003, alguns defensores de direitos humanos começaram a pensar na estrutura (de um fundo) a ser criada. O prestígio e a maturidade desse grupo foi determinante para que, depois, se conseguisse uma doação da Fundação Ford (NY), no valor de US\$ 3 milhões, para constituir o fundo patrimonial (endowment).

Nessa primeira etapa, foi fundamental a composição de um conselho curador coeso, que viesse do mundo das ONGs e entendesse sua dinâmica. Criou-se uma fundação que demonstrou transparência e bom uso dos recursos, capaz de fazer um processo de seleção sério e que hoje tem um portfólio interessante de projetos apoiados.

Mas a efetivação dos direitos humanos no Brasil não se faz só com os iniciados. A partir de agora, o Fundo Brasil deve manter o que conquistou e ampliar as alianças. Temos de mostrar às elites econômicas no Brasil, intelectuais, artistas e outras pessoas formadoras de opinião que a garantia desses direitos é fundamental para o desenvolvimento do país.

Denise Dora

Diretora Vice-Presidente de Finanças do Fundo Brasil e Coordenadora do Programa de Direitos Humanos no escritório Brasil da Fundação Ford, na época da criação do Fundo.

Desde a sua criação, o trabalho do Fundo Brasil tem sido impressionante para o desenvolvimento nacional da filantropia em direitos humanos e para o crescimento de um movimento forte dessa área no Brasil. O seu progresso e o trabalho das organizações apoiadas são inspiradores. O Programa de Direitos Humanos da Fundação Internacional Oak tem orgulho em apoiar esta missão.

James Logan

Oficial de Programa de Direitos Humanos da Fundação Internacional Oak.

Quando tivemos a oportunidade de conhecer o Fundo Brasil, decidimos contribuir e incentivar esse trabalho. Optamos por colaborar através da doação de produtos de higiene, que fazem parte do nosso negócio. É uma forma de ajudar diretamente na redução de uma despesa importante em ambientes coletivos.

Sheila Degello

Gerente executiva da RL Higiene

Fotos: Acervo Fundo Brasil



Aos **queridos** **instituidores**

Rose Marie Muraro, Margarida Genevois, Dom Pedro Casaldáliga e Abdias Nascimento (*in memoriam*) foram pioneiros em lançar luz sobre temas relacionados aos direitos humanos na sociedade brasileira.

Suas ideias libertárias romperam paradigmas e trouxeram uma nova perspectiva de justiça social, que pautou várias gerações de defensores de direitos humanos. Suas ações contribuíram para a mobilização da sociedade civil no país e tiveram ressonância internacional.

Suas ações de resistência e indignação contra as violações, das quais foram testemunhas, fizeram que fossem questionados e muitas vezes perseguidos. Mas isso não impediu que continuassem trabalhando constante e incansavelmente pela transformação de situações de desigualdade e iniquidade.

Nesta sessão, o Fundo Brasil dedica algumas páginas à história e às palavras dessas pessoas corajosas, que doaram suas vidas a uma luta árdua, e que continuam inspirando, dia a dia, o trabalho dessa instituição e de muitos outros ativistas dedicados à causa dos direitos humanos.

Fotos: Acervo Fundo Brasil
Reprodução/Arte Rodrigo Medeiros



Abdias Nascimento (1914-2011)



Margarida Genevois



Rose Marie Muraro



Dom Pedro Casaldáliga

ROSE MARIE MURARO

O feminismo transgressor



A violência de um mundo sexista não se dá apenas de forma física, mas também por maneiras mais sutis, arraigadas nos hábitos mais simples, nos discursos mais rotineiros e nas concepções mais dominantes.

Diante disso, Rose Marie Muraro, 81, sabia que essa violência não poderia ser vencida pela força. Mas as ideias e a possibilidade de expressá-las e disseminá-las foram um caminho pelo qual as mulheres poderiam romper uma lógica discriminatória e a dominação, ambas cruelmente consideradas naturais.

Como escritora e editora, Rose Marie deu voz a suas posições audaciosas e ideias progressistas sobre temas relacionados à questão de gênero. Sua produção literária foi dedicada aos direitos das mulheres: “Fui trabalhar com a ‘mulher’ porque achava que era a partir dela que as coisas iam melhorar. Os direitos humanos fundamentalmente têm a ver com a condição dela. Se você mexe com a sua condição, você mexe com a dos filhos dela e, conseqüentemente, com a cadeia de gerações”, diz.

Nos anos 60, como diretora editorial da Editora Vozes, colaborou para a mobilização de dois importantes movimentos sociais no Brasil, o da emancipação feminina e o da Teologia da Libertação, com Leonardo Boff.

Durante os últimos 40 anos, escreveu mais de 30 livros, muitos considerados polêmicos, na época em que foram publicados, como o “Sexualidade da Mulher Brasileira Corpo e Classe Social no Brasil”, de 1983. “Automação e o Futuro do Homem” (1966) e “Libertação Sexual da Mulher” (1975) foram censurados pelos militares, por serem considerados pornográficos.

Por sua contribuição intelectual e militância, é considerada ícone do movimento feminista no país. A sua atuação foi marcante durante a década de 1970; seu discurso revolucionário e libertário foi uma das formas de resistência ao regime militar. Em 1986, após a publicação de “A Erótica Cristã”, foi expulsa da editora, por represália dos setores conservadores da Igreja Católica. Recentemente recebeu o prêmio Teotônio Vilela, do Senado Federal, em comemoração aos 20 anos da anistia no Brasil.

A percepção equivocada de que a mulher é o sexo frágil logo se desfaz, para quem conhece essa mulher corajosa e despa-

chada. “Quando eu comecei a trabalhar, nos anos 1970, eu estava sozinha, dando a cara a tapa para os militares. Eu era doida, não tinha medo de nada”, recorda os tempos violentos da repressão. Rose Marie lembra que era proibido se reunir, mas isso não impediu a mobilização e a fundação das primeiras organizações feministas no país.

Em 1975, com mulheres do Partido Comunista de São Paulo, ela fundou o Centro de Desenvolvimento da Mulher Paulista, dedicado a organizar e a mobilizar mulheres de classe média e jovens profissionais liberais, para que difundissem a discussão feminista entre as classes populares. “A gente foi desenvolvendo uma luta com projetos políticos, de ir a favelas e tudo, mas isso não era financiado. A gente fazia entrevistas, sabia da necessidade das mulheres, trabalhava pela descriminalização do aborto, fazia marchas”, conta.

O envolvimento com os direitos humanos fez parte praticamente de toda a sua vida. A sua primeira atividade foi com Dom Helder Câmara, aos 15 anos. Na época, ingressou em um dos grupos de Ação Católica Estudantil, por onde se envolveu intensamente com os movimentos sociais.

Outro detalhe surpreendente de sua trajetória é o fato de ter nascido praticamente cega e ter recuperado a visão apenas aos 66 anos. Quando se viu pela primeira vez no espelho, disse: “Sei hoje que sou uma mulher muito bonita”.

Hoje, Rose Marie avalia que o movimento feminista é grande no mundo todo, inclusive no Brasil, e que teve conquistas importantes, como a descriminalização do aborto em alguns países. Contudo ela afirma que há ainda muito por fazer, para que a assimetria de gênero seja compensada. Para ela, uma das formas de garantir que a mulher tenha acesso a seus direitos é pelo seu empoderamento, conquistado pela sua autonomia econômica.

Sua contribuição para a efetivação dos direitos humanos foi reconhecida diversas vezes. Foi eleita nove vezes como “A Mulher do Ano”. Em 1990 e 1999, recebeu, da revista *Desfile*, o título de Mulher do Século. Em 2003, foi nomeada conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e, em 2006, foi nomeada Patrona do Feminismo Brasileiro.

ABDIAS NASCIMENTO

Direitos humanos: um eterno aprendizado



“**E**u não aprendi direitos humanos com os livros, nem foi no tempo em que estudei. Aprendi quando tinha sete, oito anos, com uma pessoa que não sabia ler e escrever, nunca foi à escola e fazia doces para sustentar os sete filhos. Essa pessoa foi a minha mãe. Ela me ensinou a luta pelos direitos humanos não falando, mas fazendo e me mostrando. Ela enfrentou a violência, a injustiça e os brancos que surravam os negros.”

Abdias Nascimento foi contemporâneo de um período muito difícil para a população negra no país. Nascido em 1914, na cidade de Franca, São Paulo, viveu em uma época em que as feridas da escravidão ainda eram recentes.

Dedicou a maior parte dos seus anos à luta pelo fim da discriminação racial. “No decorrer de toda a minha vida, por quase um século, foi assim: praticando [a luta pelos direitos humanos]. Eu não sou escritor e nem teórico de direitos humanos. Não sei elaborar teorias; eu sei fazer”, disse, na comemoração de seu 92º aniversário.

A sua luta em prol da igualdade racial começou cedo, quando ingressou, em 1930, na Frente Negra Brasileira, considerada o primeiro movimento brasileiro pelos direitos civis.

Sua militância também foi exercida pela arte. Abdias contribuiu expressivamente para o desenvolvimento da cultura afro e para a formação de artistas afrodescendentes. Ele próprio artista, poeta e escritor, criou o Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944. A ideia surgiu após ter assistido a uma peça em que um ator branco pintara seu rosto para interpretar um negro. O TEN foi responsável pela formação da primeira geração de atores negros no país, além de contribuir para a criação da literatura dramática afro-brasileira.

À frente do TEN, em 1950, Abdias organizou o 1º Congresso do Negro Brasileiro e editou o jornal Quilombo. “A luta de Quilombo não é especificamente contra os que negam os nossos direitos, senão em especial para lembrar ou dar a conhecer ao próprio negro os seus direitos à vida e à cultura”, escreveu no primeiro editorial da publicação.

Abdias era ciente de que o combate ao racismo no Brasil passava pela mobilização da sociedade civil e também pela esfera política. Promoveu inúmeras ações nessas duas frentes, como a organização da Convenção Nacional do Negro (1945-46), que propôs à Assembleia Constituinte um dispositivo constitucional que definiria a discriminação racial como crime de lesa-pátria. Articulou a luta brasileira pela igualdade racial com movimentos de libertação na África e com os movimentos pelos direitos civis e humanos nos Estados Unidos.

Assim, como outros militantes de direitos humanos, teve o Estado autoritário como oponente. Enfrentou duas condenações, que o trancafiaram na cadeia. Na primeira vez, foi preso e condenado à prisão na Penitenciária da rua Frei Caneca (RJ), pelo Tribunal de Segurança Nacional por protestar contra a ditadura do Estado Novo, em 1937. Em 1941, foi preso no

Carandiru (SP), condenado à revelia por resistir a agressões racistas em incidentes ocorridos em 1936. Na cadeia, criou o Teatro do Sentenciado, formado por um grupo de presos que escrevia, dirigia e interpretava peças dramáticas.

O regime militar, por sua vez, foi responsável pelo seu exílio. O Ato Institucional n.º 5 fora instituído quando se encontrava nos Estados Unidos. Abdias permaneceu, então, nos Estados Unidos e na Nigéria, por 13 anos, pois os inquéritos policiais que existiam contra ele no Brasil fariam com que fosse preso, se retornasse. Nessa época, produziu obras artísticas cujos temas eram a cultura negra e a resistência à escravidão e ao racismo.

Abdias retornou ao Brasil em 1978, quando participou de atos públicos e das reuniões para a fundação do Movimento Negro Unificado contra o Racismo e a Discriminação Racial. Três anos depois, fundou o Ipeafro (Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros).

Com a redemocratização, ele se dedicou à carreira política. Foi o primeiro deputado federal (RJ) a se dedicar à defesa dos direitos da população afrodescendente. Durante o seu mandato (1983-86), propôs o primeiro projeto de lei de políticas públicas afirmativas do Brasil. Foi também de sua autoria o PL que tipifica o racismo como crime. Entre 1991 e 1992 e de 1997 a 1999, foi senador, assumindo o cargo como suplente do antropólogo Darcy Ribeiro. Foi também secretário de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras do governo do estado do Rio de Janeiro (1991-94).

“Construí a minha vida, num perene aprendizado, numa luta perene. Primeiro, pelos direitos dos afrodescendentes, depois por todo o povo brasileiro e, então, por todos os seres humanos. Todos merecem ter seus direitos respeitados”, afirmou.

Em 2006, recebeu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ordem do Rio Branco, no grau de Comendador, a honraria mais alta outorgada pelo governo brasileiro. Em 2010, foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz.

Abdias acreditava que o combate ao racismo e a inclusão dos afrodescendentes na sociedade brasileira eram determinantes para que os direitos humanos pudessem se realizar. Foi por isso que seu trabalho deixou um legado inestimável para o movimento negro e também para a luta de direitos humanos no Brasil. “Promover os direitos humanos no Brasil significa dar prioridade à efetiva inclusão social dos afrodescendentes, pois o sistema de discriminação racial no Brasil, mais eficaz que o apartheid sul-africano, construiu um racismo que setores poderosos insistem em negar e ignorar solenemente, assim impedindo a busca de efetivas soluções”.

Abdias faleceu em 2010, aos 97 anos. “Ele foi o líder maior das nossas lutas e, em honra à memória dele, continuaremos lutando”, afirma Sueli Carneiro, Diretora Vice-Presidente de Projetos do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

DOM PEDRO CASALDÁLIGA

Direito à terra: um direito pela vida



Nos anos 70, as fronteiras agropecuárias se expandiram por territórios das regiões Centro-Oeste e Norte do país, que, até então, eram áreas preservadas e habitadas apenas por populações locais. Dom Pedro Casaldáliga, 83, foi testemunha disso. Morador de São Félix, município amazônico do Mato Grosso, desde aquela época, viu com tristeza a devastação que o modelo econômico imposto causou em boa parte da Amazônia. Nascido em Barcelona, na Espanha, Dom Pedro mudou-se para o Brasil em 1968, tendo sido nomeado bispo da Igreja Católica em 1971.

Aqui, foi um dos ícones da Teologia da Libertação. Seu lema, “Nada possuir, nada carregar, nada pedir, nada calar e, sobretudo, nada matar”, inspirou e orientou todo o seu trabalho como líder religioso e defensor dos direitos pela terra das comunidades locais.

Durante mais de quatro décadas, enfrentou grandes e poderosos ruralistas, as empresas exploradoras da região e os políticos locais, na sua luta contra o trabalho escravo, a degradação do meio ambiente e os conflitos fundiários.

“Continuamos sendo latifúndio, [há] 500 anos. Continuamos sendo exclusão e violência no campo, acumulação de terra. Continuamos sendo agronegócio, o latifúndio travestido. Continuamos sendo tóxico, depredação”, afirma.

Como um dos principais ativistas pela reforma agrária, participou ativamente da fundação do Conselho Indigenista Missionário (1972) e da Comissão Pastoral da Terra (1975), criados para tratar da questão agrária e dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

“Os governos têm uma dívida com a reforma agrária e, também, com a agrícola. Não atender a essa necessidade significa impulsionar milhões de famílias para o êxodo à cidade, onde encontrarão o desemprego e a violência, que são fatais, principalmente para a juventude. É preciso ter a possibilidade de viver dignamente da terra, para acabar com o trabalho escravo, o subemprego e a mão de obra barata no campo”, avalia.

A intensa atividade literária do bispo foi um dos instrumentos de sua militância, pela qual expressava sua indignação contra o sistema socioeconômico do Brasil rural. No mesmo ano em que foi nomeado bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro escreveu a Carta Pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. No texto, denunciou os prejuízos e os danos causados pelos latifundiá-

rios e os grandes projetos desenvolvimentistas, iniciados pela ditadura militar no eixo sul-sudeste da Amazônia. “O fato de ser nomeado bispo me possibilitava falar. Eu pretendia dar um grito [contra] a casa-grande e a senzala... Uns poucos tendo tudo e uns muitos sendo escravos. A carta foi assumida por muitas forças de esquerda e da Igreja mais comprometida. Nós apresentamos dados, nomes, processos. Não foi uma carta pastoral apenas teórica, de considerações religiosas, políticas ou econômicas; era uma carta que dava os detalhes minúsculos das injustiças da região.”

Por causa de resistência às violações de direitos humanos Dom Pedro foi ameaçado de morte várias vezes. Durante a ditadura militar, foi alvo de cinco processos de expulsão do Brasil. Na época, contou com a intervenção do arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. “A própria repressão estimulava a nossa responsabilidade por todo o panorama. Não podíamos prescindir de falar de terra, censurar o governo, criticar a polícia. O que era evidente para a nossa consciência poderia se transformar num grito para os outros que buscavam a libertação”, recorda.

Hoje, acredita que o modelo de desenvolvimento do país ainda é equivocados: “Todos os grandes projetos, por definição, já são antipopulares e antieconômicos. [Eles] são para a acumulação acelerada de capital e investimento. Para o povo [local], fará falta o ritmo normal de vida, enquanto os elefantes brancos ficam por aí, como a transposição do rio São Francisco e [a hidrelétrica de] Belo Monte. É a obsessão do grande e do imediato”, reflete.

Dom Pedro acredita que hoje se criou uma nova consciência em relação a direitos humanos: “Falamos de direitos com toda a naturalidade, mas, em décadas passadas, era uma palavra esquisita, de alguns fanáticos. Hoje percebemos que é uma questão radicalmente vital e essencial. Sinto que, em certa medida, os direitos humanos ainda são luxo e privilégio de alguns, que se veem mais humanos que outros humanos. E, por outro lado, quando as condições de vida humana são muito precárias, a própria dignidade humana fica proibida; há muita gente que vive a pensar apenas na sobrevivência”.

Mesmo após o seu pedido de renúncia à prelazia, em 2003, sendo nomeado como seu sucessor o bispo Leonardo Ulrich Steiner, Dom Pedro continua lutando. Escritor e poeta, ele mantém a sua militância incansável contra as injustiças no campo.

MARGARIDA GENEVOIS

Justiça e educação: caminhos para os direitos humanos



Um dos momentos mais críticos para os direitos humanos no Brasil, certamente, foi o período da ditadura militar, que se iniciou logo após o golpe de 1964 e durou por mais de duas décadas. Dali em diante, os cidadãos tiveram direitos – principalmente os políticos – restringidos; muitos caíram na clandestinidade, por suas atividades e posições contrárias ao governo, que passou a reprimir a oposição com truculência.

A época também foi marcada pelo aumento das desigualdades sociais. Parte da população estava impedida de reivindicar seus direitos e parecia condenada a se resignar com a penúria social e econômica a que estava submetida, por causa da repressão e do desconhecimento desses direitos.

Para Margarida Genevois, 88, é necessário que as pessoas tenham clara a noção de dignidade, para, então, compreenderem os seus direitos e deveres na sociedade. Foi no contexto do regime autoritário que o seu ativismo pelos direitos humanos se tornou intenso. Ao passo que o governo endurecia e expunha os opositores a uma série de violações e a uma condição de temor e vulnerabilidade, mais se envolveu com a defesa de direitos dos cidadãos, como o dos perseguidos políticos.

Sua atuação se deu, principalmente, quando se mudou para São Paulo, em 1967, e passou a fazer parte da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de São Paulo, onde militou por 25 anos. Com Dom Paulo Evaristo Arns, lutou pela defesa dos presos políticos, contra as prisões arbitrárias do governo e pelo retorno do Estado de Direito ao país. Também acolheu refugiados políticos, principalmente aqueles que fugiam das ditaduras do Chile, Argentina e Uruguai; a essas pessoas, providenciou proteção judicial, sempre que possível.

Margarida também participou da busca de desaparecidos do regime e relatou esses casos de desaparecimentos e torturas a organizações internacionais. Teve papel importante no processo que culminou na anistia dos opositores políticos e no retorno dos exilados. Durante sua trajetória, posicionou-se contra a lei de segurança nacional e a pena de morte.

Após a redemocratização do Brasil, continuou a protestar contra a injustiça, em favor dos desempregados, dos sem-terras e contra a tortura e os maus-tratos de jovens presos em instituições do sistema socioeducativo.

Antes da ditadura militar, Margarida já havia se confrontado com as injustiças sociais. Tendo origem em uma das famílias

mais ricas do Rio de Janeiro, ela se deparou com a dura realidade das famílias que viviam no campo, quando se mudou para a cidade de Campinas, em São Paulo, logo após o seu casamento.

Lá, percebeu que o assistencialismo por si só não bastaria para enfrentar um problema estrutural. Iniciou seu trabalho na Fazenda São Francisco, que pertencia à indústria Rhodia, onde seu marido trabalhava.

Margarida foi movida a agir, diante da pobreza e da ausência de recursos dos trabalhadores. Nessa fazenda, onde vivia uma comunidade de 2,5 mil pessoas, realizou programas de atendimento a crianças desnutridas e de orientação a mulheres sobre cuidados maternos.

Com as mulheres da região, conseguiu a criação de creches, posto de puericultura e clube de mães para os trabalhadores do local em que vivia, além de fundar o Jornal Feminino, direcionado para as mulheres da comunidade. O resultado disso foi a queda da mortalidade infantil em Campinas. “Se numa sociedade as pessoas não entendem que têm direitos, as coisas não vão para frente. É a luta por direitos que impulsiona a luta social”, diz.

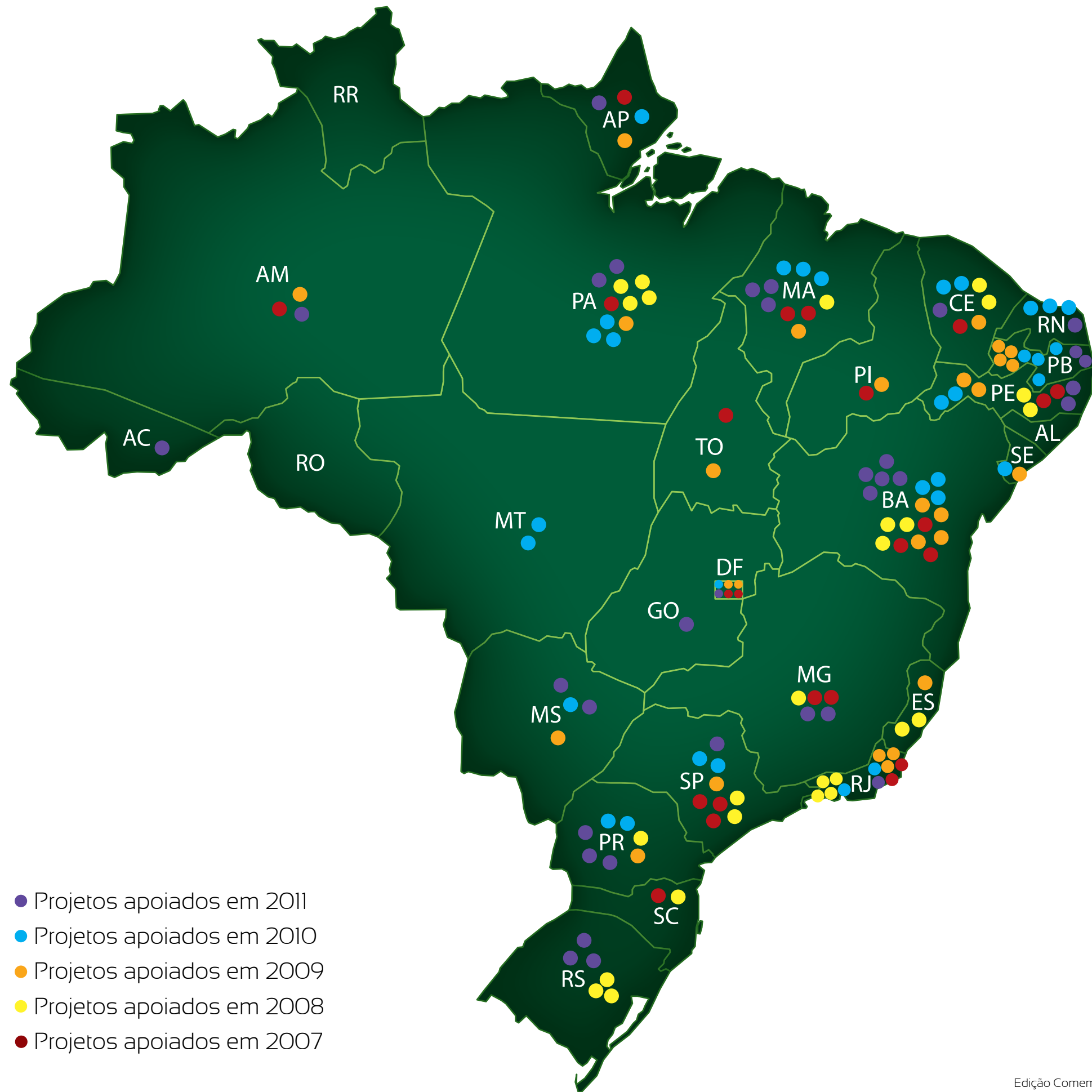
Desde então, Margarida esteve envolvida ativamente com a defesa dos direitos humanos, em especial dos grupos sociais mais vulneráveis.

“Minha vida toda trabalhei com os direitos humanos. Direitos humanos é uma luta apaixonante. É um micróbio que, quando pega a gente, não tem vacina, não tem tratamento, você fica para o resto da vida motivado e apaixonado por isso.”

Atualmente, Margarida é coordenadora da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos. “Depois de muitos tipos de trabalho, cheguei à conclusão de que a coisa mais útil a fazer é a educação em direitos humanos”, afirma. Ela esclarece que a educação em que acredita não se restringe à educação formal, mas se refere principalmente à transmissão de valores. “Quem acha, por exemplo, que direitos humanos é coisa de bandido, está pouco informado. E as pessoas mal informadas não sabem olhar em volta”, avalia.

Para ela, é importante que a reivindicação por direitos seja solidária: “Se você tem direitos, os outros também têm, porque eles são iguais a você na mesma dignidade, não há ser superior. É por isso que se tem de lutar pelos seus direitos, mas também pelos dos outros. Os direitos são interligados”, diz.

Projetos apoiados pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos



Projetos:



Fotos: Acervo Fundo Brasil



Ibaxi (MT) /2011

ideias e iniciativas pelos direitos humanos no Brasil

A existência de uma organização como o Fundo Brasil não se justificaria, se não fosse pelos projetos que apoia. Ao longo desses cinco anos, a organização tem incentivado ações com potencial transformador de situações de violações de direitos e discriminação.

Todos os anos, o Fundo Brasil abre um edital direcionado a iniciativas do Brasil inteiro. Nós acreditamos que esses projetos, que geram atuações locais e nacionais em prol da defesa de direitos, podem ter impacto positivo na vida de grupos tradicionalmente vulneráveis.

Os projetos até agora apoiados pelo Fundo Brasil podem ser divididos em quatro grandes áreas temáticas: gênero, raça, terra e cidadania. Todos eles têm como objetivo principal o combate à discriminação e à violência institucional. Nas próximas páginas, temos a oportunidade de apresentar alguns exemplos desses projetos.

As propostas passam por uma pré-seleção, que envolve a equipe e a diretoria, para então serem submetidas a um criterioso Comitê de Seleção independente. Seus membros não possuem laços institucionais com a fundação; todos são ativistas ou especialistas com vasta experiência no campo de direitos humanos e que, por isso, conhecem as peculiaridades regionais e a complexidade dos problemas que atingem boa parte da população brasileira.

As propostas selecionadas por esse Comitê são apresentadas ao Conselho Curador da fundação, que toma a decisão final. Durante esses cinco anos, esse aporte institucional, enriquecido com o olhar especializado dos comitês independentes, tem sido fundamental para que a instituição se mantenha sólida e fiel aos compromissos estabelecidos.

Apesar de termos consciência da difícil realidade que buscamos impactar e, portanto, da relevância do Fundo Brasil para a sociedade brasileira, não deixamos de nos impressionar com o fato de, a cada ano, recebermos mais projetos. Em 2011, foram 976 inscrições. Isso revela que estamos no caminho certo!

Num mundo em que parece que não há possibilidade de mudança, há sempre quem consiga pensar em oportunidades e saídas criativas que possam virar o jogo. São essas ideias inovadoras que a fundação busca fomentar.

O Fundo Brasil tem plantado sementes em todo o país. E já começamos a cultivar muito mais do que ideias e vontades.

Maíra Junqueira
Coordenadora de Projetos

GÊNERO

O direito de ser mulher

Já se passaram quase três décadas, desde que o Brasil ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), em 1984, e assinou a sua Constituição, em 1988. Ambos os documentos comprometem o Estado brasileiro a promover e assegurar a igualdade de gênero e a eliminar todos os tipos de discriminação contra a mulher.

De lá para cá, as brasileiras tiveram importantes conquistas referentes aos seus direitos fundamentais. Uma série de avanços vem sendo incorporada paulatinamente, em diversos aspectos de suas vidas, por meio de mecanismos e políticas públicas, que buscaram reduzir a desigualdade de gênero. Os movimentos sociais – especialmente o feminista –, os órgãos do governo e a sociedade como um todo desempenharam um papel importante nessa questão.

Contudo muitas mulheres ainda são discriminadas e sofrem com a violação de direitos, em centros urbanos e em áreas rurais. São

vítimas da violência, das disparidades no mercado de trabalho e do descaso do poder público com questões de saúde feminina. A falta de informação intensifica esse estado de subdesenvolvimento social e potencializa a discriminação das mulheres, já que não tomam conhecimento de seus direitos ou não sabem como acessá-los.

A ausência das próprias mulheres na reivindicação e na luta por igualdade reforça a marginalização e a condição de vulnerabilidade perante a sociedade e o ambiente familiar, porque as exclui da participação política e dos centros de decisão.

Um dos resultados mais críticos desse panorama é o fato de o Brasil ainda ter índices alarmantes referentes à violência doméstica e sexual contra mulheres, que muitas vezes acabam em assassinatos.

Nesse contexto, a conscientização e sensibilização da opinião pública, assim como políticas voltadas especificamente para o público feminino, continuam sendo necessárias.



A realização dos projetos contribuiu para fortalecer a organização no enfrentamento da violência contra a mulher, estimulando o envolvimento da sociedade e dando visibilidade à violência institucional a que as mulheres estão submetidas.

Linalva Cunha Cardoso Silva
Integrante da AMTQC / Assema



Os recursos do Fundo Brasil contribuíram de forma significativa para fortalecer a luta feminista, principalmente no que se refere a direitos reprodutivos e autonomia das mulheres.

Maria Lucia Lopes de Oliveira
Integrante do Cunhã Coletivo Feminista



Com o apoio a nossos projetos, passamos a ter mais facilidade de executar nossas ações, pois pudemos estipular metas.

Diocina Lopes
Integrante da AMTR

Economia

Em 2010, 22 milhões de famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres. De 2001 a 2009, o percentual dessas famílias subiu de 27% para 35% no país. A ocupação de cargos de chefia por elas também vem aumentando gradativamente. Na América Latina, três países – Argentina, Brasil e Chile – tiveram, pela primeira vez, uma mulher ocupando o cargo de presidente da República na última década.

Dados referentes à participação no mercado de trabalho e escolaridade do público feminino revelam um cenário otimista. Em ambos os casos, a presença da mulher aumentou, de acordo com o IBGE. Estatísticas de 2007 mostram que mais da metade dos brasileiros (57%) com mais de 12 anos de estudo são do sexo feminino.

No entanto, o fato de as trabalhadoras terem escolaridade superior à dos homens não impede que elas continuem ganhando menos. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, a remuneração delas é 27,7% inferior (IBGE 2010).

Além de receberem salários menores, as mulheres são a maioria no mundo da informalidade, principalmente as jovens e as idosas. Quase 70% do público feminino entre 16 e 24 anos e 82% com mais de 60 anos têm ocupações informais. Essa situação piora na região Nordeste, onde 90,5% das jovens estão nessa condição. No Sudeste essa proporção é de 57%.

A desvantagem também pode ser identificada pelo recorte étnico-racial. A situação de precariedade no mercado de trabalho afeta mais as mulheres negras (60% entre as de cor parda e 54% de cor preta, segundo classificação em relatórios do IBGE). Entre as brancas, 44% estão nessas condições.

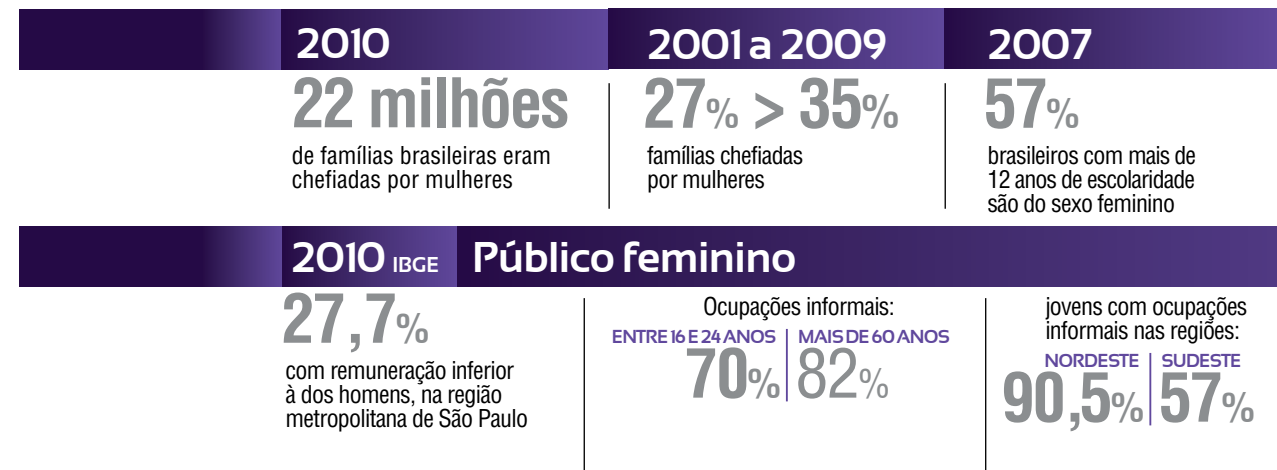
Diante desses dados, percebe-se que, no Brasil, existem rea-

lidades socioeconômicas muito peculiares, que afetam as mulheres de formas distintas. A sua faixa etária, etnia e localização parecem ser alguns elementos determinantes de sua condição no mercado de trabalho. Além disso, existem lugares que as políticas públicas do Estado não alcançam, o que acaba por deixar as mulheres ainda mais desprotegidas.

A organização não governamental Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), localizada na cidade de Lago dos Rodrigues (MA), lida justamente com esse tipo de particularidade. A ONG foi criada por quebradeiras de coco que, hoje, dedicam-se a trabalhar pela sobrevivência e pelos direitos desse grupo de mulheres em 11 comunidades da microrregião do Médio Mearim.

A região foi marcada por intensos conflitos fundiários, durante a década de 1990, que resultaram em um panorama devastador de pobreza extrema, êxodo rural, insegurança alimentar e baixos níveis educacionais. Nesse contexto, as quebradeiras de coco são vítimas da marginalização do sistema econômico, mas também são discriminadas devido à sua etnia, e excluídas de recursos educacionais e da participação política.

Diante disso, o projeto da ONG “Mulheres de Fibra”, apoiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos em 2010, não se restringe apenas ao aspecto econômico. A iniciativa visa à ampliação do acesso a outros direitos, como os produtivos, a participação política e o acesso a conhecimentos. Por meio do projeto, a AMTR capacita lideranças femininas para atuar nas organizações comunitárias, como agentes multiplicadores de desenvolvimento rural, com enfoque em gênero, raça e etnia.



Saúde e informação

Além da questão econômica, índices relacionados à saúde das brasileiras são preocupantes, principalmente no que se refere ao aborto e às taxas de mortalidade materna. Esses dois elementos estão relacionados.

Uma pesquisa da UnB/Instituto de Pesquisa Anis (2010) revela que, em números absolutos, mais de 5,3 milhões de brasileiras já realizaram um aborto. Desse total, 55% tiveram complicações devido ao procedimento.

No Brasil, a prática é legalizada em apenas duas situações: quando há risco de vida da mãe, ou se a gravidez é resultado de estupro. Em outros casos, a mulher pode ser condenada a um a três anos de detenção. A legislação restritiva, no entanto, não impede que as mulheres abortem. A maioria recorre a clínicas clandestinas e a procedimentos precários, que colocam a sua vida em risco. O procedimento em condições inseguras é a quarta causa de mortes maternas no país, sendo a primeira em regiões com piores condições socioeconômicas e acesso precário à saúde.

Segundo o Dossiê sobre a Realidade do Aborto Inseguro na Paraíba, mais de 8 mil abortos foram induzidos, somente nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, em 2008. A pesquisa aponta ainda que o atendimento às mulheres em processo de abortamento nos serviços públicos de saúde é caracterizado pela desumanização. A espera, a falta de informação, o tratamento rude, a infraestrutura precária e o preconceito dos profissionais de saúde são algumas das violações que as mulheres estão sujeitas a enfrentar, além da deficiência na assistência ao planejamento reprodutivo pós-aborto.

A ONG paraibana Cunha lida com essa triste e trágica realidade do universo feminino. Dois de seus projetos foram apoiados pelo Fundo Brasil: o primeiro em 2009 e outro em 2010. Ambos buscavam fortalecer o movimento pelo fim da criminalização do aborto, por meio da formação política e técnica de lideranças e pela constituição de uma rede nacional dedicada à causa.

Além de ser uma questão de saúde pública, a descriminalização do aborto é crucial para que os direitos sexuais e reprodutivos da mulher sejam respeitados.

Outra organização apoiada pelo Fundo Brasil, que trabalha a questão de gênero por meio da informação e da visibilidade ao problema, é a Davida - Prostituição, Direitos Civis, Saúde, no Rio de Janeiro. O público da ONG são as profissionais do sexo, que, frequentemente, são vítimas da marginalização.

O estigma e o preconceito contra esse grupo de mulheres são decorrentes de duas concepções que a sociedade em geral tem, em relação à figura da prostituta. Ora é vista como uma vilã promís-

cua, destruidora do núcleo familiar; ora como vítima do sistema socioeconômico e da desestruturação familiar. As duas imagens orientam a forma como a sociedade lida com ela. Muitas vezes, é marginalizada, perseguida e, até mesmo, punida. Em outros momentos, é alvo de atitudes e políticas públicas paternalistas.

No Brasil e em outros países da América Latina, as profissionais do sexo começaram a se organizar principalmente com o surgimento da epidemia de HIV/Aids, nos anos 80, quando foram consideradas “grupo de risco”. ONGs e associações começaram a atuar com as prostitutas, em programas de prevenção e capacitação. Por meio da experiência associativa, essas mulheres começaram a ter acesso a serviços e direitos até então inacessíveis.

Hoje as prostitutas se organizam em associações municipais, estaduais e nacional, e, atualmente, suas reivindicações transcendem o âmbito da saúde e se referem a condições de trabalho e de segurança, contra agressões e discriminação. No país, o Ministério do Trabalho e Emprego incluiu a prostituição na Classificação Brasileira de Ocupações. Essa inclusão é de ordem administrativa e não se estende a relações de trabalho; ela serve para identificar as ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios em registros administrativos e domiciliares. Ainda assim, isso representa um avanço para as profissionais do sexo, que lutam pela regulamentação profissional, a ser feita por meio de lei.

É nesse cenário que a Davida trabalha com diversos aspectos da vida da profissional do sexo. A organização cria oportunidades para o fortalecimento da cidadania das prostitutas, por meio da organização da categoria, defesa e promoção de direitos, mobilização e controle social.

“Saindo do escuro: Desvendando violações de direitos humanos na prostituição feminina”, de 2009, foi o primeiro projeto da ONG apoiado pelo Fundo Brasil. O objetivo era conhecer a realidade das profissionais do sexo, por meio de uma pesquisa qualitativa, que mapeou casos de violação dos direitos humanos de prostitutas nas cidades de Salvador, Corumbá, Manaus e Porto Alegre.

O segundo projeto da ONG, “Beijo na rua: Ampliando a comunicação entre prostitutas e com o restante da sociedade” (2010), tinha como foco a comunicação entre as profissionais do sexo, por meio da publicação e distribuição do jornal tabloide ‘Beijo na rua’ (www.beijonarua.com.br), que abordou temas relacionados a direitos humanos, saúde, legislação, cultura, políticas públicas e outros. O veículo tem como objetivo ampliar o contato entre as associações de prostitutas de 18 estados e com o restante da sociedade.

Violência doméstica

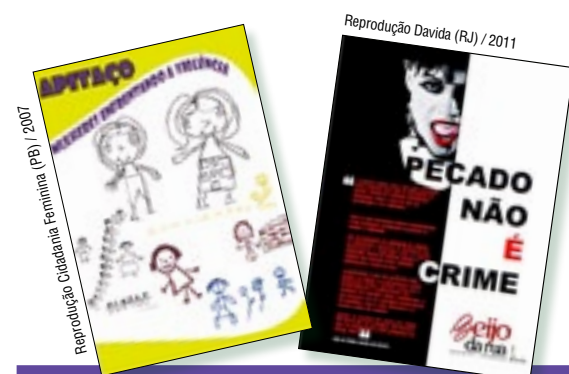
Infelizmente não é possível tratar a questão de gênero, sem mencionar o problema da violência doméstica no Brasil. Segundo a pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010), uma mulher é espancada a cada 24 segundos no país. Quatro em cada dez mulheres brasileiras já foram vítimas de violência doméstica, segundo o Anuário das Mulheres Brasileiras 2011. Entre os casos denunciados, 80% das agressões foram praticadas pelo parceiro (marido ou namorado).

Pernambuco é o estado que registra o maior número de crimes contra mulheres no país. Em 2009, 298 pernambucanas foram assassinadas pelos seus companheiros. No ano passado, o estado permaneceu como líder no ranking de homicídios femininos, com 49 vítimas apenas no primeiro trimestre. Até outubro de 2011, 796 mulheres foram atendidas em hospitais do estado, vítimas de violência física, psicomoral e/ou abuso sexual.

A ONG feminista Grupo de Mulheres Cidadania Feminina

busca combater esse cenário, por meio de formação e organização de mulheres, para o enfrentamento da violência em bairros carentes e violentos de Recife. A organização estimula a discussão e a conscientização étnica, social e política das mulheres. Em 2007, teve um dos seus projetos apoiados pelo Fundo Brasil, o “Apitaco”. A iniciativa simples, porém criativa, conseguiu ter impactos positivos em relação a ocorrências de violência doméstica. No momento em que uma mulher é agredida, outras da comunidade apitam em frente ao local do crime, como forma de denunciar e constranger o agressor.

Em 2009, o projeto contou novamente com o apoio do Fundo Brasil, para a realização de uma campanha de sensibilização da sociedade e órgãos públicos sobre a aplicação da Lei Maria da Penha (11.340/2006). Sob uma tenda instalada em frente à Delegacia da Mulher em Recife, cerca de 150 mulheres receberam orientação sobre a lei por parte da ONG.



O Fundo Brasil fortalece organizações de mulheres em uma dimensão local, ou seja, há impacto direto na vida comunitária, na vida dos grupos sociais a que elas estão ligadas.

Maria Betânia Ávila
Coordenadora de Relações Institucionais do SOS Corpo e
Conselheira do Fundo Brasil de 2005 a 2010.

O apoio do Fundo Brasil é uma espécie de ‘certificação’, que nos diz que estamos no caminho certo e que mostra que a instituição seguirá conosco numa parte dele.

Jurema Werneck
Coordenadora de Criola, integrante do Comitê de
Seleção do edital 2010 e Conselheira do Fundo Brasil.

RACA

A maioria excluída

Mais da metade da população brasileira se considera negra (51%), de acordo com os dados do IBGE 2010. Ainda assim, os afrodescendentes são discriminados, e parte de seus direitos, restringidos. O Fundo Brasil é ciente dessa realidade e, por isso, apoia projetos que abordam o racismo sob diversos aspectos, em todas as regiões do país.

A discriminação racial não é identificada apenas nas relações pessoais, mas também nos serviços e direitos que os negros brasileiros deveriam ter condições de acessar. As desigualdades no mercado de trabalho e no sistema educacional em relação aos brancos são confirmadas pelas estatísticas.

Na educação, as disparidades raciais se verificam em todos os níveis escolares, mas elas se acentuam no nível superior, ainda que a presença de afrodescendentes tenha aumentado na última década. De acordo com o “Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010)”, organizado pelo economista Marcelo Paixão (UFRJ), em 1998, apenas 4% dos negros chegavam às universidades; entre os brancos, a porcentagem era de 16,8%. Dez anos depois, 16,4% dos negros atingiam esse grau de escolaridade, mas a diferença em relação aos brancos ainda é grande, se considerarmos que, dentre os últimos, 35,8% cursam o nível superior.

Um exemplo é o que acontece na Paraíba. Os negros somam 58% da população do estado (IBGE 2010), no entanto essa maioria não está representada nas universidades: nem um quarto dos estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é afrodescendente e, desses, menos de 10% são egressos de escolas públicas. Mesmo diante desse desequilíbrio, até o ano passado, não havia políticas de ação afirmativa, como cotas raciais, que promovam o acesso dessa população ao ensino superior.

A organização Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba, apoiada pelo Fundo Brasil, desenvolveu um projeto em 2010, cujas principais ações foram estratégias de *advocacy*, que visaram à implementação da política de cotas raciais nas universidades públicas do estado. O objetivo foi influenciar o processo de discussão dessa política e ampliar o debate público sobre o tema. Para isso, a ONG promoveu atividades baseadas na formação e na informação, como seminários, rodas de conversa e atos públicos.

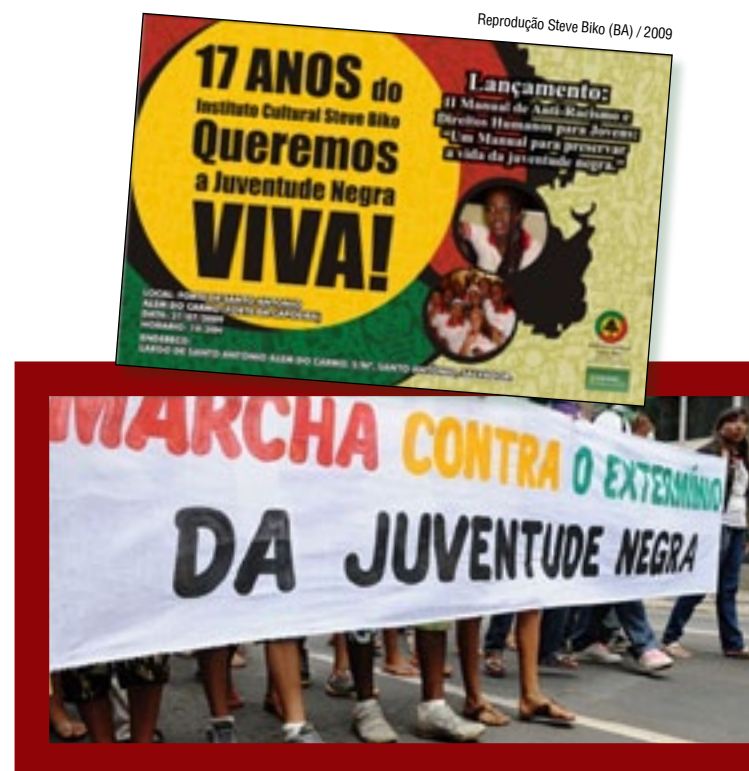
Para o vestibular 2012, 30% das vagas de todos os cursos são reservadas para os estudantes que cursaram todo o ensino médio e pelo menos três séries do ensino fundamental em esco-

las públicas. As cotas têm como critério inicial o recorte social, mas agregam também o recorte étnico-racial, o que garante que a população negra e também a indígena sejam incluídas.

A Bamidelê compreende que é fundamental o fortalecimento do movimento negro e de outros no estado, para que o envolvimento da sociedade com a causa se amplie.

Nesse sentido, o projeto “Fortalecendo a luta anti-racista na Paraíba”, desenvolvido pela organização em 2009 e também apoiado pelo Fundo Brasil, promoveu a sensibilização de lideranças do movimento feminista e outros sujeitos da sociedade civil, para a construção de alianças pela promoção da igualdade racial e garantia dos direitos humanos da população. Foram realizadas oficinas, nas quais se debateram temas como a identidade étnico-racial; história e cultura da população negra; políticas públicas e direitos fundamentais, como educação e saúde.

Outros projetos do Fundo Brasil buscam incidir na desigualdade racial, por meio de ações voltadas à juventude afrodescendente.



Reprodução Fejunes (ES) / 2009

Juventude

O Brasil é um dos países mais violentos do mundo, ocupando a sexta posição do ranking do Mapa da Violência 2011, com uma média de 53 mortes a cada 100 mil habitantes. A maioria dessas vítimas é homem, jovem (15 a 24 anos) e negro, de comunidade pobre e sem antecedentes criminais. O estudo revela que, a cada três jovens assassinados, dois são negros.

Entre os anos de 2002 e 2008, o número de vítimas brancas caiu 22%, enquanto os casos de homicídio de negros aumentaram 20%. Em 2002, morriam 45% mais negros do que brancos. Seis anos depois, essa proporção passou para 111%. Na Bahia, os assassinatos de negros superam em 439,8% os de brancos.

Esses elementos revelam que existe um componente de preconceito em relação às vítimas da violência, que, muitas vezes, é praticada pela força policial. Especialistas afirmam que o estereótipo criado para identificar o criminoso, ou simplesmente o “suspeito”, infelizmente, é relacionado com a figura do negro, indivíduo caracterizado como perigoso, e com o lugar onde ele vive. Os efeitos da discriminação racial incidem ainda mais duramente sobre os jovens, tornando-os mais vulneráveis a esse tipo de violação de direitos humanos.

Um exemplo disso é o que acontece em Vitória (ES). A cidade é a terceira capital do país com maior número de homicídios de jovens entre 15 a 24 anos; entre as vítimas, a maioria é afrodescendente de comunidades pobres. A essa informação se soma o fato de haver a presença ostensiva de grupos de extermínio, formados por policiais e agentes públicos. Diante disso, não é possível ignorar que o racismo e a violência se institucionalizam, e que o Estado é um dos principais violadores.

Nesse contexto, o Fundo Brasil de Direitos Humanos apoia organizações que se preocupam em mobilizar a juventude afrodescendente, como o Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes) e o Instituto Cultural Steve Biko. Am-

bas concentram suas atividades no combate à violência e à discriminação racial, por meio da articulação com comunidades e da proposição de políticas públicas.

A Campanha Estadual Contra o Extermínio da Juventude Negra do Fejunes foi responsável por articular e mobilizar a juventude negra capixaba, para participar da formulação de políticas públicas, como reação ao extermínio desse grupo social. A iniciativa contou com o apoio do Fundo Brasil entre 2008 e 2009. Oficinas e seminários fizeram parte da programação do Fórum, que também organizou manifestações e atos públicos, que visavam à ampliação do diálogo com a sociedade e com as autoridades públicas.

O Instituto Steve Biko, da Bahia, tem como objetivo central promover a ascensão social da população negra, por meio da educação e do resgate de seus valores ancestrais. O projeto da ONG “Juventude Negra Mobilizando-se por Anti-Racismo e Direitos Humanos na Bahia”, apoiado pelo Fundo Brasil em 2007, trabalhou com jovens afrodescendentes em comunidades da capital, Salvador. As atividades envolveram a mobilização e formações voltadas para esse grupo, com o objetivo de ampliar sua incidência nas políticas públicas do estado. O projeto também se dedicou à constituição do Observatório da Juventude Negra, sobre as políticas de combate ao racismo e direitos humanos.

Em 2008, a ONG contou com novo apoio do Fundo Brasil, para dar continuidade ao processo iniciado no ano anterior. Dessa vez, jovens negros e de baixa renda foram estimulados a se mobilizarem em torno de questões relacionadas à violência institucional e à discriminação, por meio da intervenção em quatro âmbitos: as comunidades negras, os poderes legislativo e executivo, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e as organizações de direitos humanos. O objetivo foi ampliar a visibilidade do problema e, assim, influenciar na agenda de diversos atores da sociedade sobre essas questões.

“Dar visibilidade a projetos que combatam o preconceito racial valoriza pessoas que muitas vezes são excluídas.”
MV Bill
Rapper e Conselheiro do Fundo Brasil de 2005 a 2010

“O apoio do Fundo Brasil a projetos vinculados à difusão da liberdade religiosa tende a estimular a convivência democrática entre pessoas que pensam diferente.”
Roberto Lorea
Juiz de Direito e Conselheiro do Fundo Brasil de 2008 a 2011.

→ Identidade étnica e visibilidade

Além dos jovens negros, existem outros grupos entre os afrodescendentes que estão ainda mais expostos à discriminação e às violações. Os membros de comunidades quilombolas são alguns exemplos de indivíduos sobre os quais as disparidades incidem de forma cruel.

No estado do Amapá, onde 73% da população se consideram negros, existem 72 comunidades remanescentes de quilombos (IBGE 2010), dentre as quais, muitas enfrentam conflitos pela terra onde vivem. Apesar de ocupadas tradicionalmente há séculos, não raro, essas propriedades acabam nas mãos do agronegócio.

A organização Instituto de Mulheres Negras do Amapá (Imena) é uma das organizações apoiadas pelo Fundo Brasil, que lida com essa realidade. Em 2007, seu projeto destacou a importância da reivindicação de direitos por parte da população negra. Para isso, a organização promoveu a formação de líderes comunitários, capazes de intervir politicamente pela defesa de seus direitos territoriais, e organizou atividades de cons-

cientização da população local, como seminários e produção de publicações.

Apesar de a herança africana estar tão presente na região, a população afrodescendente ainda é muito carente em termos de direitos. A precariedade em que vivem muitos quilombolas ilustra bem a situação. Nas 17 comunidades pesquisadas pelo Imena, foram encontrados problemas como a ausência de saneamento básico, deficiência dos sistemas de saúde e educação, e a falta de programas e projetos sociais, ambientais e econômicos. O projeto apoiado pelo Fundo Brasil (2009) chamou a atenção da opinião pública para as condições dos quilombolas, que, apesar de representarem uma parcela significativa do estado, ainda são desconhecidos por boa parte da sociedade. Para isso, a organização realizou uma campanha, produzindo pequenos vídeos e um documentário sobre a violência e o racismo institucional. O objetivo foi despertar a reflexão do público sobre atitudes e comportamentos cotidianos que contribuem para a discriminação e o preconceito.

O Fundo Brasil acertou ao adotar uma perspectiva de direitos humanos que destaca o enfrentamento ao racismo e ao sexismo.

Luiza Bairros
Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, integrante do Comitê de Seleção dos editais de 2007 e 2008.

Projetos com um grau de denúncia, como é o nosso, não são vistos com bons olhos por outros possíveis financiadores, mas com o Fundo Brasil foi diferente. Se não tivéssemos esse aporte no início da nossa caminhada, certamente teríamos maiores dificuldades para chegar aonde chegamos.

Luiz Inácio Silva da Rocha
Coordenador do Fejunes

O Fundo Brasil tem possibilitado que diversas organizações possam promover mudanças em suas realidades, que, muitas vezes, são negligenciadas pelo Estado.

Nádia Cardoso
Coordenadora dos projetos em anti-racismo e direitos humanos do Instituto Steve Biko

Lucas Cidreira
Integrante do Instituto Steve Biko

CENSO 2010 Amapá

73%
População considerada negra

72
comunidades remanescentes de quilombos

→ Religião e cultura

As religiões de matriz africana são historicamente as que enfrentam o maior preconceito e discriminação no Brasil. No país, quase 130 mil brasileiros são seguidores dessas crenças, especialmente o candomblé e a umbanda, segundo o censo de 2000. Contudo ainda são frequentes as atitudes intolerantes e discriminadoras, como a invasão de terreiros, o desrespeito à espiritualidade dos cultos e a imposição da visão de que a religião do outro é falsa. Em alguns lugares do país, ainda é necessária a autorização da Delegacia de Polícia, para o pleno funcionamento dos cultos dessas religiões.

Para transformar esse cenário, o Fundo Brasil tem apoiado organizações que tratam o problema do racismo a partir do enfoque cultural e religioso. Um exemplo disso é a sociedade Omolàiyé, em Sergipe, que busca resgatar a identidade das comunidades negras, por meio do conhecimento e da prática de religiões de matriz africanas.

As atividades da organização envolvem estudos e pesquisas sobre a tradição e cultura afrodescendentes. A ONG também presta assessoria e realiza ações educativas e políticas em prol da defesa dos direitos humanos, do combate ao racismo e à intolerância religiosa.

O projeto da Omolàiyé, apoiado pelo Fundo Brasil, tem como objetivo estimular a apropriação de conteúdo e informações de pessoas recém-iniciadas em comunidades de terreiros das cidades de Aracaju, Grande Aracaju e do Vale do Cotinguiba. O trabalho tem caráter formativo, se dá por meio da realização de ciclos de debates e capacitações locais. A organização acredita que, dessa forma, seja possível facilitar a construção afirmativa da identidade cultural e religiosa dos afrodescendentes e, assim, ter meios para combater a intolerância e o preconceito. Outro foco do projeto é influenciar na proposição de políticas públicas que beneficiem a igualdade racial.



Reprodução Bamidelê (BA) / 2010



Reprodução Imena (AP) / 2007

Os editais do Fundo Brasil contemplam a diversidade do Brasil. Para nós, contribuiu para difundirmos o debate do racismo institucional do estado do Amapá.

Maria das Dores do Rosário Almeida
Vice-Presidente do Conselho Diretor do Imena

O Fundo Brasil foi importante no fortalecimento de nossas atividades e na visibilidade de nossas realizações, na luta contra a discriminação racial e religiosa.

Martha Sales
Coordenadora de Projetos da Sociedade Omolàiyé

Sônia Oliveira
Diretora Executiva da Sociedade Omolàiyé

Focamos na equidade racial no Nordeste, pois é um tema que tradicionalmente foi negligenciado pela filantropia tradicional, empresarial e cooperação internacional. O Fundo Brasil está rompendo com isso.

Rui Mesquita
Oficial de Programas para o Brasil da Fundação W.K. Kellogg

TERRA

Diversidade étnica e a luta pela sobrevivência

O Brasil é um dos maiores países em extensão territorial do planeta, com 850 milhões de hectares. Mais da metade desse total são terras agricultáveis (587,1 milhões de hectares). Contudo boa parte do potencial socioeconômico desse território acaba anulada pela estrutura fundiária predominante no país, que propicia a improdutividade e os intensos conflitos pela terra.

Ao longo de 500 anos, a organização fundiária brasileira se manteve caracterizada pela alta concentração de terra e pela formação de grandes latifúndios. Como decorrência disso, a relação oligárquica e patriarcal com a terra e o acesso elitista a seu usufruto continuam determinando uma série de injustiças contra as populações do campo.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mais da metade das propriedades rurais se concentra nas mãos de 5% dos proprietários de terras: são 330 milhões de hectares para apenas 131 mil titulares. Cerca de 75% do total das terras cadastradas na Amazônia Legal são latifúndios. Pequenas e médias propriedades não somam nem a metade da área das grandes.

Para piorar a situação, 62,4% da área do total dos imóveis rurais no país são improdutivos, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). O restante se destina a pastagens de gado e à monocultura de produtos como soja, arroz e eucalipto.

Entre 2003 e 2010, houve o aumento de 75% das terras ociosas, cuja metade está na região Norte. Hoje, são 69 mil proprietários controlando 228 milhões de hectares improdutivos. O número seria ainda maior, se fosse utilizado como parâmetro o Censo Agropecuário de 2006, que considera as novas técnicas de produção agrícola que aumentam a produtividade.

O Fundo Brasil entende que a terra é o ponto central para garantia da sobrevivência cultural, econômica e ambiental de comunidades indígenas e quilombolas, por isso apoia iniciativas que possibilitam que esses grupos administrem e manejem a terra conforme sua própria cultura e prioridades.

Joenia Wapichana
Assessora Jurídica do Conselho Indígena de Roraima

Conflitos

A pesar de a maior parte da população brasileira viver na zona urbana, o meio rural é muito significativo para a economia do país e para milhares de comunidades tradicionais. O manejo sustentável da terra é vital para povos indígenas, quilombolas, faxinalenses, caiçaras e outras populações que aprenderam a viver de modo harmônico com o ambiente. Portanto o acesso à terra vai muito além da questão econômica, envolvendo também aspectos culturais e sociais.

Por outro lado, a concentração e a improdutividade fundiárias desequilibram esse modo de vida, excluindo uma parcela significativa da sociedade. O resultado disso é a deflagração de conflitos violentos e disputas acirradas.

Devido à alta concentração de terras nas mãos de poucos e poderosos latifundiários, boa parte da população rural, desprovida do acesso à terra e em busca de meios para sobreviver, acaba vítima de condições degradantes de trabalho. Frequentemente, a realidade que trabalhadores rurais enfrentam no dia a dia é tão indigna, que as condições são análogas à escravidão: os salários são baixíssimos ou inexistentes, as jornadas de trabalho são longas e sem descanso, alimentos e água são impróprios, e moradias, extremamente precárias. Muitas vezes, os trabalhadores são submetidos a maus tratos físicos e psicológicos e a ameaças por parte de seus patrões. Esse cenário e/ou cerceamento de liberdade dos trabalhadores configuram a situação de trabalho escravo, uma das violações de direitos humanos mais estorcedoras e frequentes no Brasil rural.

A necessidade de reforma agrária se insere nesse contexto de desigualdade. Nos últimos 15 anos, 48,3 milhões de hectares de terra foram destinados à reforma. Com isso, mais de 614 mil famílias foram beneficiadas. Mas, ainda assim, os con-

O projeto apoiado contribuiu para a formação de novas lideranças e para o conhecimento da legislação. Os cursos de formação abriram os olhos de muitos companheiros e as portas para que nosso projeto chegasse às comunidades.

Ismael Kloster
Coordenador Geral da Articulação
Puxirão dos Povos Faxinalenses

flitos persistem porque a política ainda não deu conta de garantir o acesso à terra para todos aqueles que dela necessitam.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os conflitos fundiários, que envolvem expulsões, pistolagem e despejos, aumentam a cada ano. Em 2010, foram 638 casos. O Pará é campeão nacional nesse quesito: 46,4% dos casos de violência rural no Brasil ocorreram no estado, onde também o número de assassinatos impressiona. Num período de 10 anos, 205 pessoas foram mortas em disputas pela terra, como os 19 sem-terras em Eldorado dos Carajás (1996) e a freira Dorothy Stang, em 2005. No Brasil, 34 pessoas morreram vítimas dos conflitos rurais, só no ano passado.

A violência e as maiores injustiças ligadas à terra acontecem exatamente onde o poder público não consegue estabelecer controle ou aplicar as leis. Em casos de violações, os algozes raramente são julgados, e a impunidade acaba sendo o resultado mais frequente de assassinatos e violações.

O Fundo Brasil de Direitos Humanos busca fomentar e fortalecer iniciativas que incidam nessa situação de injustiça, apoiando projetos que consigam reduzir as desigualdades no campo e, assim, promover os direitos de grupos excluídos e vulneráveis.



Acervo Fundo Brasil

FOQS (PA) / 2011

Quilombolas

A Federação das Organizações Quilombolas de Santarém é uma das organizações apoiadas pelo Fundo Brasil que trabalha pelo direito à terra. A iniciativa busca promover e monitorar os processos de titulação de terras quilombolas no Pará.

Atualmente, existem 966 processos de regularização de territórios quilombolas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Segundo a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém, o Pará concentra mais da metade (58%) da extensão das terras quilombolas, até então tituladas no país.

A organização acredita que a titulação dessas terras é uma das formas de proteger e garantir o direito das 240 comunidades quilombolas identificadas no estado. Atualmente, as comunidades quilombolas são umas das mais afetadas por conflitos fundiários. Para se ter uma dimensão da gravidade, foram vítimas de 79 casos violentos em 2010.

Com o projeto apoiado pelo Fundo Brasil, a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém capacitou jovens para acompanhar os processos de titulação já existentes no Pará e requerer a abertura de novos.

A organização também realizou ações para conscientização de direitos étnicos e territoriais quilombolas e formou lideranças, para serem multiplicadores dos conhecimentos adquiridos para as comunidades.

O projeto apoiado possibilitou o protagonismo dos jovens junto a suas associações.

Antônio Pereira Pinto
Presidente da Federação das
Organizações Quilombolas de Santarém

Em relação à luta dos povos indígenas por seus direitos, o apoio a pequenos projetos contribui diretamente para o enfrentamento das violações de direitos que ocorrem dentro de suas comunidades e territórios.

Gersem Baniwa
Diretor-Presidente do Cinep
e Conselheiro do Fundo Brasil

Povos indígenas

O Fundo Brasil também dedica atenção especial aos povos indígenas, cujos direitos são frequentemente desrespeitados. No Brasil, os 235 povos somam, segundo o Instituto Socioambiental (ISA), mais de 800 mil pessoas. Destas, mais de 500 mil vivem em terras indígenas. Ao longo dos cinco anos de atividade, o apoio da fundação se direcionou à proteção e à garantia do direito à terra para essa parcela da população, e também aos direitos das populações que vivem em áreas urbanas.

Atualmente, existem 668 terras indígenas reconhecidas, de acordo com o ISA. Desse total, mais da metade está demarcada. Essa política fundiária não apenas reconhece o direito cultural e territorial desses povos, mas também contribui para diminuir o avanço do desflorestamento e da grilagem de terras. No entanto, fazendeiros, madeiros e empresas se opõem fortemente ao reconhecimento desses direitos, porque visam à utilização das terras indígenas, para a instalação de grandes empreendimentos. O resultado disso são os violentos conflitos pela disputa da terra.

O Mato Grosso é um dos principais estados em concentração de população indígena; são ao todo 41 povos de etnias diversas. Dentre elas, o povo Xavante é um dos maiores, com 15 mil índios, distribuídos em 165 aldeias (Funasa, 2010). Além de conflitos fundiários, essa população enfrenta sérios problemas sociais, que ameaçam as suas comunidades.

Para se ter uma ideia, em 2010, a mortalidade infantil em comunidades indígenas cresceu 513%, se comparada ao ano anterior, de acordo com o Conselho Indigenista Missionário. Morreram 92 crianças com menos de 5 anos, por desnutrição ou doenças facilmente tratáveis.

O Instituto Babaty Xavante de Iro'Órãpe (Ibaxi) desenvolve um dos projetos apoiados pelo Fundo Brasil, que lida com essa realidade no estado. Suas ações buscam incidir na educação, cultura, saúde, segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e, especialmente, na prevenção do alcoolismo, em 34 aldeias xavantes da Terra Indígena São Marcos, onde vivem cerca de 3,5 mil pessoas.

Hoje, as terras dos índios Xavantes são cercadas por grandes fazendas e cidades, o que tem colocado em risco a reprodução sociocultural desse povo. A caça não é mais abundante, e o solo está desgastado, em função de práticas agrícolas exóticas ao meio, as quais foram introduzidas pela Funai nas décadas passadas.

Essa condição desestruturou o modo de vida tradicional, afetando a identidade cultural dos Xavantes. Uma das consequências é o surgimento de casos cada vez mais frequentes de alcoolismo e de consumo de drogas; os índices têm se apresentado cada vez mais preocupantes.

Com o apoio do Fundo Brasil, o Ibaxi construiu um núcleo da Casa de Recuperação e Apoio para atender as aldeias Xavantes, dedicada ao tratamento de dependentes de álcool e drogas, com instalações adequadas e apoio de especialistas e da comunidade. O projeto do Ibaxi busca combater também as causas da dependência e o preconceito, com a realização de palestras, eventos culturais e debates.



Acervo Fundo Brasil

Ibaxi (MT) / 2011



AMTR (PR) / 2011



Tembé (PA) / 2011

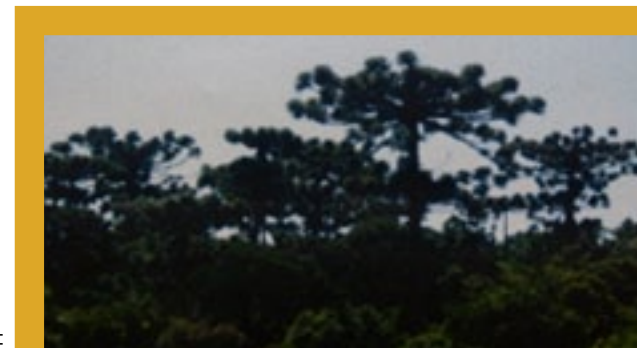
Comunidades tradicionais

Em 2008, o Fundo Brasil apoiou uma iniciativa para ampliar a visibilidade de outro grupo exposto a problemas fundiários e vulnerável ao sistema desenvolvimentista do agronegócio: os faxinais, comunidades tradicionais rurais que se estabeleceram no centro-sul do Paraná.

Essas comunidades fazem o uso comunal e sustentável das áreas de criadouros de animais, recursos florestais e hídricos, e o uso privado das áreas de lavoura, onde é cultivada a policultura alimentar de subsistência.

Esse modo de vida é ameaçado pelo agronegócio. O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, como a soja, o milho, o trigo e o feijão. Na pecuária, os abates de aves correspondem a 25,5% do total do país. De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a expectativa de crescimento do PIB do agronegócio do estado é de 15% para 2012, o que significa R\$ 646,7 bilhões, contra R\$ 582,6 bilhões no ano anterior.

Nos últimos anos, o agronegócio e a mercantilização das terras avançaram sobre as propriedades dos faxinalenses. Aqueles que permaneceram nas áreas rurais estão altamente concentrados e impedidos de exercer seus direitos étnicos e coletivos. Estima-se que existam, pelo menos, 25 mil, só no Paraná. Outros 15 mil foram forçados a se deslocar para centros urbanos.



Fotos: Reprodução / Faxinalenses (PR), 2011

O aporte do Fundo Brasil foi direcionado ao projeto da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, um movimento social que representa essas comunidades na região Sul do país. Sua missão é promover a articulação e mobilização dos faxinalenses, para a defesa e a promoção de seus direitos étnicos e coletivos, visando ao acesso e à manutenção de sua territorialidade.

Uma das ações do projeto foi a formação dos moradores dos faxinais, por meio de oficinas em 15 comunidades, para a capacitação de 300 lideranças, sobre direitos étnicos e coletivos. O objetivo foi propiciar o conhecimento de instrumentos e mecanismos jurídicos que possam ser usados para a reivindicação dos direitos de 700 famílias faxinalenses e, assim, torná-los atores ativos dos processos de construção e de intervenção de políticas públicas.

Ao longo desses cinco anos, o Fundo Brasil apoiou vários projetos de comunidades tradicionais, como quebradeiras de coco, pescadores artesanais, comunidades de fundo de pasto, entre outros.



O Fundo incentiva projetos relacionados aos processos de luta pela distribuição da terra. Considera a terra não apenas como a terra de produção, mas a terra em um sentido mais amplo, a terra em que muitas populações combinam a área familiar de produção com a área de uso comum.

Maria Emília Pacheco Lisboa
Assessora da ONG Fase e integrante do Comitê de Seleção nos editais 2007, 2010 e 2011.



Apoiamos alguns dos projetos selecionados pelo Fundo Brasil que objetivam a valorização dos habitantes da região amazônica e que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa.

Rodolfo Guttilla
Diretor de Assuntos Corporativos da Natura



CIDADANIA

O direito à plena dignidade

Numa democracia, uma pessoa deve ter acesso a uma série de direitos, como os políticos, civis e sociais, ao mesmo tempo em que se compromete com deveres. Essas condições são fundamentais para o exercício pleno da cidadania. Além disso, é imperativo que os direitos sejam todos respeitados, já que é impossível dissociá-los: a ausência de um, necessariamente, anula a realização de outro.

O Brasil, apesar de ser um país democrático, ainda tem uma sociedade desigual, em que os direitos são privilégios de alguns, e os deveres, sacrifícios de muitos. Essa assimetria entre os indivíduos produz um panorama de marginalização de parcelas significativas da sociedade.

Em se tratando dessa desigualdade, o senso comum nos leva a pensar que basta tratar as pessoas como iguais, para que o problema se resolva. A verdade é que as pessoas são diferentes entre si, e as particularidades e necessidades específicas devem ser consideradas, para que o acesso a direitos seja democratizado, caso contrário, as injustiças podem ser reforçadas.

O Fundo Brasil tem uma dupla vocação: apoiar organizações que tradicionalmente não têm apoio e procurar setores da sociedade que estejam conscientes da necessidade de auxiliar organizações de direitos humanos.

Renato Roseno

Integrante do Cedeca-CE e Conselheiro do Fundo Brasil de 2005 a 2008

O apoio do Fundo Brasil contribui de forma decisiva para a sobrevivência e ampliação da luta pelos direitos humanos.

Sandra Carvalho

Diretora Adjunta da ONG Justiça Global e integrante do Comitê de Seleção do Fundo Brasil desde 2008

São muito bem-vindas as ações, como as apoiadas pelo Fundo Brasil, que promovam os direitos humanos por meio da cultura e da arte.

Danilo Miranda

Diretor regional do Sesc São Paulo

Estamos capacitando moradores que correm o risco de serem despejados por causa das obras da Copa de 2014. Assim, eles podem expressar, por meio de obras audiovisuais, seus anseios e necessidades.

Roger Quentin Pires

Integrante do grupo Olho Mágico

O Fundo Brasil apoia temáticas novas, praticamente inéditas, como o caso das vendedoras ambulantes do Rio de Janeiro.

Juana Kweitel

Diretora de Programas da Conectas Direitos Humanos e integrante do Comitê de Seleção do Edital 2008

Lidando com a especificidade e a complexidade

Muitos projetos apoiados pelo Fundo Brasil se dedicam a garantir os direitos de grupos vulneráveis, levando em conta seus problemas individuais e a complexidade do contexto em que vivem. Geralmente esses grupos têm seus direitos violados pelas instituições estatais, já que estas não são capazes de atender às demandas específicas desses cidadãos.

Um exemplo disso se refere aos pacientes de saúde mental, que, por décadas, receberam um tratamento inadequado. Nos últimos 20 anos, a luta antimanicomial tem proposto uma nova forma de lidar com esses pacientes, por meio de uma abordagem terapêutica, que respeita a singularidade do indivíduo e valoriza a preservação de vínculos sociais e familiares.

Desde 2001, a Lei Federal de Saúde Mental (nº 10.216), que regulamenta o processo de reforma psiquiátrica no Brasil, pressupõe a internação como o último recurso no tratamento de um indivíduo. O modelo criou uma rede substituta de atendimento, que se baseia na inserção familiar e social. Decorrente dessa política, o número de leitos psiquiátricos caiu de 120 mil, na década de 80, para pouco mais de 50 mil na atualidade.

Contudo, de acordo com a organização baiana Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Serviço de Saúde Mental (Amea), nem todos os serviços substitutivos foram devidamente preparados para acolher o público dos antigos manicômios. O Conselho Federal de Psicologia aponta 76 casos de mortes, maus-tratos e torturas ocorridos em hospitais públicos e privados e comunidades terapêuticas, entre 2002 e 2010, em todas as regiões do país.

Com o intuito de transformar essa realidade por meio de iniciativas que combatam essas violações, o Fundo Brasil apoiou a realização de dois projetos da Amea (2008 e 2010), que promoveram a capacitação em cidadania e direitos humanos de usuários dos serviços de saúde mental e seus familiares na Bahia.

Uma das realizações dos projetos foi a criação de um espaço físico destinado à orientação dessas pessoas sobre os seus direitos, uma vez que há pouco conhecimento do público em geral sobre a reforma psiquiátrica. A Amea também trabalha pela conscientização da sociedade sobre o debate em torno do atendimento desses pacientes, e estabelece o diálogo com autoridades públicas, para intervir e participar na formulação de políticas públicas.



Fotos: Reprodução Amea (BA) / 2010

O apoio do Fundo Brasil foi essencial para o nosso desenvolvimento enquanto associação. Nos deu subsídios para atuar com maior solidez nas nossas intervenções em prol da reforma psiquiátrica antimanicomial.

Josuéilton de Jesus Santos | Presidente da Amea-BA

Sérgio Pinho dos Santos | Vice-Presidente da Amea-BA

Ludmila Cerqueira Correia

Advogada e apoiadora da Amea-BA

Violência contra a diversidade

Outras iniciativas apoiadas pelo Fundo Brasil têm como objetivo garantir a cidadania do público LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) em situações críticas, como, por exemplo, a violência doméstica e o encarceramento no sistema prisional, nas quais as violações de direitos humanos se intensificam, devido à orientação sexual do indivíduo.

A Associação Lésbica Feminista de Brasília - Coturno de Vênus é uma das organizações que conta com o apoio do Fundo Brasil e se dedica ao combate da violência contra lésbicas. Para isso, realiza uma pesquisa sobre a aplicação da Lei Maria da Penha (LMP), em casos de violência lesbofóbica no Distrito Federal.

De acordo com levantamento do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT (2010), a discriminação pela orientação sexual acontece principalmente em ambientes familiares (39%) e entre amigos e vizinhos (29%). A violência doméstica entre lésbicas é também um aspecto preocupante: 33% das entrevistadas disseram já ter sofrido algum tipo de violência por parte de suas parceiras. A aplicação da Lei Maria da Penha poderia ser uma das formas de combate dessas violações, mas o desconhecimento da lei e a dificuldade de acesso a ela são as principais razões para que seja pouco aplicada em casos como os “estupros corretivos”, praticados, inclusive, por familiares.

Nos últimos meses, vários casos de agressões contra homossexuais foram expostos pela mídia. Uma pesquisa de 2008, da Fundação Perseu Abramo, revelou que cerca de 90% dos entrevistados acreditam que o público LGBTTT sofre preconceito, porém menos de 30% desses entrevistados admitem que eles próprios sejam preconceituosos. Nessa pesquisa, os travestis surgem como o principal alvo de discriminação.

Para combater esse cenário, a Associação das Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul – ATMS (MS) teve projetos apoiados pelo Fundo Brasil, em 2009 e 2010, dedicados à mobilização do público LGBTTT no estado. A organização acredita que, por meio da articulação entre os ativistas do movimento LGBTTT, seja possível incidir nas políticas públicas voltadas a esse grupo. Após a criação de três núcleos no estado, o projeto realizou atividades formativas para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais participarem dos conselhos locais e regionais de políticas públicas.

Outra situação que aflige homossexuais, bissexuais e travestis são as condições enfrentadas no sistema prisional. Nesse ambiente, esse grupo está ainda mais exposto e vulnerável a agressões morais e físicas por causa da sua orientação sexual. Geralmente, eles são alocados em celas separadas dos heterossexuais, mas isso não impede que sejam vítimas de abusos e discriminação.

O Movimento Gay Leões do Norte desenvolve um projeto, apoiado pelo Fundo Brasil, para atender a população LGBTTT nas unidades prisionais em Pernambuco. A organização realiza o monitoramento das condições nas prisões e presta assistência técnica e social a esse grupo. O Movimento enfatiza que a conscientização e a sensibilização da sociedade sobre a situação dos LGBTTT é importante, para reduzir as violações a que estão submetidos no sistema prisional.

O Fundo Brasil fez justiça aos coletivos LGBT e a nossas demandas históricas por participação na construção de políticas públicas, de uma sociedade em que a discriminação e o preconceito sejam enfrentados como os problemas culturais e institucionais.

Tatiana Nascimento e Bruna Araújo
Assessoras de Projetos da Coturno de Vênus

O apoio do Fundo contribuiu para a realização de ações efetivas de combate à homofobia.

Cris Stefanny
Coordenadora Geral da ATMS



Fotos: Reprodução ATMS (MS) / 2010

Juventude em situação de risco

Crianças e adolescentes também são vulneráveis a uma série de violações. O alto índice de violência letal no Brasil contra adolescentes é sintomático disso.

Segundo a Unesco, o valor médio do Índice de Homicídios na Adolescência (IDA) para 267 municípios brasileiros é de 2,03 adolescentes mortos para cada grupo de mil. O número é bastante elevado, considerando que o valor ideal em uma sociedade não violenta deveria ser próximo a zero.

A necessidade de políticas públicas de Estado para reverter essa situação é indispensável. Diante disso, o projeto do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Tocantins (Cedeca-TO), apoiado pelo Fundo Brasil, realizou atividades para combater as violações sofridas por esse público. O projeto tinha como meta enfrentar todas as formas de violência contra crianças e adolescentes, sobretudo aquelas contra a vida e a integridade física e psicológica. Para isso, o Cedeca desenvolveu ações de enfrentamento à violência institucional, defesa do direito à saúde, controle social do Estado, fiscalização da gestão pública, além de formações em direitos humanos de crianças e adolescentes.

O sistema socioeducativo é outro universo em que o Fundo Brasil busca incidir, para a proteção de jovens vulneráveis a violações do Estado. A política de encarceramento em massa no Brasil não se restringe somente ao sistema prisional de adultos, que aprisiona mais de meio milhão de pessoas.

A quantidade de jovens internados nas 142 unidades da Fundação Casa (antiga

Febem), em São Paulo, cresceu 16% desde o ano passado. Hoje, são mais de 8 mil presos no estado. Mesmo com a mudança da estrutura do sistema de internação e a extinção da Febem, as organizações de direitos humanos continuam recebendo denúncias de violações contra os internos.

Entre 2007 e 2008, o Fundo Brasil apoiou as ações da Associação de Mães e Amigos da Criança e Adolescente em Risco (Amar) em São Paulo, para monitorar as condições em que vivem esses internos. O projeto incentiva o controle social de políticas públicas e o fortalecimento da ação coletiva das mães dos adolescentes. Para isso, teve como ações a criação de um instrumento de fiscalização e o encaminhamento de denúncias e o diálogo com órgãos competentes, como o Ministério Público, a Defensoria Pública e o poder Judiciário, além da promoção de campanhas, assistência a familiares e curso de capacitação. Desde então, a cada ano, o Fundo Brasil apoiou iniciativas das Amar de outros estados, como aquelas do Rio de Janeiro (2009), Pernambuco (2010), Distrito Federal (2011) e Rio Grande do Sul (2011).

O apoio financeiro do Fundo Brasil possibilitou a implantação da nossa organização, que era um sonho de militantes da área da infância no estado do Tocantins, e hoje é importante aliado na proteção jurídica e social de crianças e adolescentes.

Simone Brito
Integrante do Cedeca-TO

O apoio do Fundo Brasil contribuiu para o fortalecimento e ampliação das formas de controle social, por meio da fiscalização do cumprimento de medidas socioeducativas na Fundação CASA e combate à violência institucional dentro das unidades de internação.

Conceição Paganele
Presidente da Amar-SP



Fotos: Reprodução Amar (SP) / 2008

Estado violador

O Estado tem como um dos seus principais deveres garantir e proteger os direitos fundamentais de seus cidadãos, para que a democracia seja possível e consolidada. Mas, como vimos anteriormente, muitas vezes, ele é o próprio responsável por violar esses direitos, principalmente quando as suas instituições usam a força e a autoridade para oprimir e discriminar.

O Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, apoiado pelo Fundo Brasil, atua nesse contexto. O objetivo do seu projeto é combater a violência com que agem os policiais na abordagem a trabalhadores informais do Rio de Janeiro. Para tal, a organização levanta dados sobre a situação, prepara oficinas, faz o acompanhamento jurídico de processos, além de promover reuniões com a Defensoria Pública.

Uma pesquisa de 2009, realizada pela Casa da Mulher Trabalhadora, com 201 trabalhadoras do comércio ambulante da capital fluminense, revelou que 70% já sofreram repressão da Guarda Municipal, e 61% já tiveram as mercadorias apreendidas. Dentre as entrevistadas, 16% já foram agredidas pela Guarda Municipal e pela Polícia Militar. Houve casos também de detenção e prisão (4%).

Além da repressão policial pela atividade comercial, os

trabalhadores informais estão desprovidos de uma série de direitos sociais, como os trabalhistas, além de terem dificuldade de acessar serviços públicos de saúde e educação. A baixa rentabilidade do negócio os obriga a trabalhar por horas a fio, sem descanso, além de viverem numa situação de instabilidade econômica.

Paralelamente a isso, no Brasil inteiro, a economia informal tem crescido a cada ano. Um estudo de 2011 da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) aponta que esse tipo de economia representa 18% do PIB nacional.

A polícia também mostrou a sua força e abusos ostensivos em outra ocasião que chocou o país. Em 2006, os dias entre 12 e 21 de maio ficaram marcados pela violência e pelo clima de insegurança em várias cidades paulistas, inicialmente com os ataques da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) e, em seguida, com a reação violenta da polícia e de grupos de extermínio.

Nos primeiros seis dias, foram registradas 59 mortes de policiais. Nos dias que se seguiram, 492 civis foram mortos por armas de fogo no estado de São Paulo, segundo dados do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CRM). Grande

parte das ocorrências apresentava evidências de execução sumária, de acordo com os laudos do CRM.

Cinco anos depois, os casos de execução continuam sem investigação. Apenas uma das mortes foi apurada e houve a responsabilização do Estado, com indenização da família determinada pela Justiça, no final de 2011. Frente a esse cenário de omissão e impunidade, as Mães de Maio, um movimento composto por mães, familiares e amigos das vítimas, mobiliza-se pela memória dos mortos e justiça. O Fundo Brasil apoia essa organização, por meio de um projeto, cujas atividades são voltadas ao acolhimento e solidariedade de familiares de entes assassinados pela força policial; à denúncia dos casos e acompanhamento das investigações e processos; participação em eventos que colaborem com a causa e o fortalecimento de uma rede nacional que luta contra a prática violadora estatal.

Os abusos do Estado, infelizmente, não se limitam ao exercício da força policial. Às vésperas da realização da Copa do Mundo, o governo tem investido em infraestrutura em todo o país para atender às demandas do megaevento. Em Fortaleza, capital cearense, mais de R\$ 560 milhões serão gastos em obras. Simultaneamente, ocupações urbanas serão removi-

das pelo Estado para regiões periféricas, sem infraestrutura e acesso a serviços básicos. Estimativas calculam que 3,5 mil famílias devem ser afetadas.

Em resposta a esse tipo de violação, o coletivo “Olho Mágico - Educomunicação Audiovisual em Mídias Móveis” desenvolve um projeto, com o apoio do Fundo Brasil.

A iniciativa consiste em orientar 60 jovens da capital cearense, para a produção de documentários que divulguem e fortaleçam a luta por direito à terra e à moradia, por meio do uso da comunicação e da educação. O objeto do projeto é constituir núcleos de produção e distribuição de vídeos, em parceria com ONGs e associações de moradores que atuam nas comunidades Aldacir Barbosa, Trilhos e Barroso, hoje ameaçadas pela remoção forçada.

Nesse mesmo contexto, o Fundo Brasil apoia, desde 2011, o Comitê Popular da Copa, organizado pela associação gaúcha Ação Solidária Madre Cristina. O objetivo dessa iniciativa é fomentar a organização comunitária, monitorar as violações de direitos humanos em comunidades e produzir informações para denunciar os impactos socioambientais, urbanísticos e econômicos, decorrentes das obras da Copa na cidade de Porto Alegre.



Com o apoio do Fundo Brasil, estamos conseguindo que os crimes cometidos pelo Estado em maio de 2006 não caiam no esquecimento.

Débora Maria da Silva
Coordenadora das Mães de Maio - SP



Tradicionalmente, os recursos destinados a organizações do movimento LGBT são para a área de saúde. A importância do Fundo Brasil é que ele é um dos únicos fundos que investem no campo da diversidade sexual a partir de uma perspectiva de defesa dos direitos humanos.

KK Verdade
Gerente de Projetos do Fundo Elas e integrante do Comitê de Seleção do Fundo Brasil desde 2009



Agradecimentos

O Fundo Brasil gostaria de mencionar e agradecer o apoio de todos e todas que contribuíram para o sucesso do trabalho nesses cinco anos.

Endowment e apoio institucional

Fundação Ford

Apoio institucional

EED - Evangelische Entwicklungsdienst e.V.
Fundação Avina
Fundação Kellogg
Fundação OAK

Apoio a projetos

Itaú Social
Lucia Seabra
Maria Alice Setúbal
Natura Cosméticos
Porticus Latin America
Rubens Naves Santos Jr. Advogados
Vera Masagão

Apoio a eventos

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SESC-SP (Serviço Social do Comércio de São Paulo)
APOLGBT (Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo)
Centro Maria Antônia
Cine Bombril
Espaço Cultural Conjunto Nacional
Grupo Editorial Summus
Livraria Cultura
Olodum
Restaurante Rosmarino

Participação em eventos

Aqui gostaria também de agradecer aqueles que contribuíram com sua participação nos eventos.

André Degenszajn
Antonio Nascimento
Celio Bermann
Cida Bento
Claudio Picazio
Eduardo Pannunzio
Eleonora Menicucci
Fernando Rossetti
Fouad Hamdan
Gevanilda Santos
Glenda Mezarobba
Helio Santos
Humberto Adami
Janaína Lima
José Carlos Dias
José Gregori
Juana Kweitel
Juca Kfour
Laura Mattar
Leci Brandão
Leonardo Sakamoto
Letícia Osório
Lucas Cidreira
Marcelo Estraviz
Maria Amelia Telles
Marta Elizabete Vieira
Nilcéia Freire
Nilton Tatto
Nilza Iraci Silva
Paula Salgado
Paulo Vannuchi
Rildo Marques
Rodnei Jericó
Rodrigo Faria
Thiago Amparo
Valdemar Oliveira (Maneto)
Wanderley Carneiro

Colaboradores

[X] Brasil – Comunicação em Causas Públicas
2 Pro Assessoria de Imprensa
Ação Educativa
Ademar Bueno
Adag Publicidade
André Porto Alegre – Circuito Digital
Associação Amigos do Projeto Guri
Brazz Design
Café Florinda
Carta das Responsabilidades Humanas
Comissão Municipal dos Direitos Humanos de São Paulo
Diálogo Social
Ernesto Rodrigues
Fabiana Kuriki
Gife (Grupo de Institutos Fundações e Empresas)
Iacocca - Assessoria de Marketing Cultural
Instituto Ethos de Empresas, e Responsabilidade Social
Instituto Pro Bono
Janos Comércio Administração e Participação
José Alberto Gouvea
Laerte
Leno F. Silva
MemoLab
Otavio Andrade Valle
Paleo TV - Kiko Goifman
Pragma Gestão de Patrimônio
Renato Bahia Bock
RL Higiene
Som AS
Tarso Estratégia e Comunicação
Tiago Haddad
Verena Glass
Parceiros Nota Fiscal Paulista*

Voluntários

A fundação ainda destaca o trabalho das seguintes pessoas que contribuíram voluntariamente com atividades da instituição.

Andressa Franco Costa
Beatriz Schicchi Zilberman
Beatriz Tavares Alves e Silva
Caroline Castro Allegretti
Claudia Arsenes
Dyonne Piët-Steijns
Fabio Silva Tsunoda
Flávia de Faria
Gabriela Pluciennik
Gabriel Pietraróia
Giovanna Andrade
Janayna Albino
Julia Araújo Leitão
Kim Dória
Luísa Ribeiro Telles
Maria Carolina Starsyhski
Mariana Galdeano
Marcelo Moraes
Marina Lourenço de Paula
Olívia Araújo Leitão
Paulo Sávio
Pedro Sampaio
Salvador Mauricio da Silva Junior
Sergio Leitão
Thais Bohn
Verônica Monachini de Carvalho
Walter Nicoletti
Yasmin Cotait e Silva

Desde já, pedimos desculpas se deixamos de mencionar alguém que tenha contribuído com o nosso trabalho no período. Todas as formas de colaboração são muito importantes para nós.

* Animale, Empório Baby & Kids, Espaço Fashion, Hering, MMartan, M. Officer, Mr. Cat, Richards, Yachtsman (unidades do shopping Villa Lobos); M. Officer, Mr. Cat, Yachtsman (unidades do shopping Pátio Paulista); Farm, Mr. Cat, Planet Girls, Pop Up, Richards, Rosa Chá, Sky Land and Sea (unidades do shopping Pátio Higienópolis); Animale, Aramis Menswear, Lucy in the Sky, M.Officer, Planet Girl, Yatchman (unidades do shopping Bourbon); A Mulher do Padre, Cordoban Calçados e Bolsas, Dumond, Pop Up (unidades da rua Oscar Freire); Hering (unidade da rua Maria Antônia); Antes de Paris, Fábrica Brinquedos, Farm, Feira Moderna, Maria Andrade, Oficina de Agosto, Os Quindins, Polly Magoo, Simultânea, Suzana Izuno, Villa Nova Tecidos (unidades na Vila Madalena).

